



Assembleia Municipal de Sesimbra

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE JUNHO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA, REALIZADA NO DIA 05 DE JULHO DE 2019

-----Aos cinco dias do mês de julho de 2019, no Auditório Conde de Ferreira, realizou-se a segunda reunião da sessão ordinária de junho da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência da Sr.ª Joaquina Odete Martins da Graça, e secretariada pelos Srs. João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso e Maria da Conceição Nero Gonçalves, Primeiro e Segunda Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 5. **Apreciação da Atividade Municipal;**-----
- 6. **Pacto de Autarcas para o Clima e Energia – Adesão do Município;**-----
- 7. **Associação de Turismo de Lisboa – Adesão do Município – Estatutos – Aceitação;**-----
- 8. **Jovens em Movimento... pela Europ@. O cidadão/A cidadã no século XXI. Que competências? - Memória Descritiva do Projeto;**-----
- 9. **Designação de 1 cidadão eleitor para integrar a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.**-----

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças:-----

-----Pelo Grupo Municipal (GM) da CDU - Joaquina Odete Martins da Graça, João Carlos do Carmo Valente, Rui João Graça Rodrigues, Paula Alexandra da Conceição Cacela Graça Rodrigues, Fernando José Mestre Patrício, Sandra Marília Martins Rodrigues de Carvalho, João Francisco Ribeiro Narciso, José da Costa Ferreira Braga; e Sónia Patrícia Narciso Faria Lopes;-----

-----Pelo Grupo Municipal do PS – Pedro Miguel dos Santos Mesquita, Luísa Margarida Cagica Carvalho, João Filipe Paulo Pólvora, Andredina Gomes Cardoso, Paulo do Carmo de Sá Caetano, Faustino Marques e Afonso Manuel Cardoso Pessoa;-----

-----Pelo Grupo Municipal MAIS SESIMBRA (PPD/PSD.CDS-PP) – José Manuel Lobo da Silva e Maria da Conceição Nero Gonçalves;-----

-----Pelo Grupo Municipal do MSU - Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues;-----

-----Pelo Grupo Municipal do BE - José António Melo Nunes Guerra.-----

-----Compareceram ainda, a Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Laura Maria Pinto Correia, o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Vítor Ribeiro Antunes, e a Presidente da Freguesia do Castelo, Maria Manuel de Jesus Gomes dos Santos.-----

Ata nº 20 – Mandato 2017-2021





Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Comprovada a existência de quórum, 24 presenças, a **Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas. -----

-----Verificaram-se também as presenças do Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra (CMS), Francisco Manuel Firmino de Jesus, e dos Vereadores Sérgio Manuel Nobre Marcelino, Américo Manuel Machado Gegaloto, Carlos Manuel Vicente Silva, José Henrique Peralta Polido e Francisco José Pereira Luís. ---- -----

-----**A Presidente da AMS** cumprimentou todos os presentes e informou em seguida que a presente reunião não contemplaria o Período de Antes da Ordem do Dia, e por consequência, a intervenção dos cidadãos ocorreria imediatamente após a indicação das substituições e ausências dos Deputados. -----

-----Solicitou aos munícipes presentes que tivessem interesse em participar, para fazer a inscrição previamente a fim de colocarem as questões no momento certo.-----

-----Em seguida, indicou que o Deputado Sérgio Faias e a Deputada Bertina Duarte do GM do PS, não haviam comparecido por questões de ordem pessoal, tendo sido substituídos pelo Deputado Afonso Pessoa e pelo Deputado Faustino Marques, respetivamente.-----

-----Não tendo sido rececionado qualquer pedido de inscrição para intervenção no Período de Intervenção Aberto aos Cidadãos, a Presidente da AMS deu início em seguida, ao Período da Ordem do Dia com o 1º ponto da ordem de trabalhos: **“Apreciação da Atividade Municipal”**. -----

-----Informou que, segundo o Regimento da AMS e segundo a prática em anteriores sessões, no que dizia respeito à Atividade Municipal, era feita uma breve introdução de algumas circunstâncias que o Presidente da CMS considerasse importantes, decorridas durante o período da Atividade ou após a mesma. -----

-----Após esse momento, era dada a oportunidade de intervir por um período máximo de 10 minutos, a cada uma das bancadas, fim do qual, se daria novamente a palavra ao Presidente da CMS para responder às questões colocadas ou aos Vereadores para esclarecimentos adicionais. -----

-----Em seguida, seria cedido novamente o uso da palavra às bancadas para que recolocassem questões que considerassem que não haviam ficado esclarecidas.-----

-----De seguida, cedeu a palavra ao **Presidente da CMS** que após cumprimentar todos os presentes disse que a exemplo do que tinha vindo a ser a prática das últimas abordagens sobre a Atividade Municipal, reservar-se-ia às respostas face às questões colocadas pelos membros da Assembleia. -----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado João Rodrigues** que começou por cumprimentar todos os presentes e dizer que segundo um estudo realizado pela DECO – Associação Portuguesa para a Defesa do

Ata nº 20 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Consumidor, o Concelho de Sesimbra estava no TOP dos Concelhos com maiores perdas de água. Perguntou qual era o ponto de situação e quais as perspetivas futuras para que esse problema fosse ultrapassado, lembrando que o Vereador José Podido havia estado, no dia 17 de maio, no fórum Aquasis, cujo tema era *“Combate às Perdas de água, Partilha de Experiências e Divulgação de Boas Práticas”*. -----

----- Disse que gostaria também de ter alguma informação adicional sobre as condições do protocolo celebrado entre a CMS e a Casa da Mesquita, em relação à cedência do espólio documental ao Arquivo Municipal, bem como ao protocolo de cedência de documentação dos Cidadãos João Aldeia e Manuel José Pereira. -----

----- Perguntou se o Projeto “Café Memória de Sesimbra” já tinha iniciado e qual a sua adesão. -----

----- Perguntou também qual o ponto de situação da contratação do Empréstimo a Longo-Prazo, num montante de aproximadamente 4 milhões e 800 mil euros, destinado à amortização extraordinária do empréstimo do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL). -----

----- Disse que existia um assunto que não era específico do Concelho de Sesimbra, pois afetava todos os concelhos, que era o problema da recolha dos dejetos dos cães pelos proprietários. Tinha conhecimento da existência de várias reclamações por parte de alguns cidadãos à Autarquia, e sabia que se tratava de uma responsabilidade individual por parte dos donos dos animais, mas uma vez que essa responsabilidade não era exercida, perguntou se existia algum projeto de sensibilização da população para esse problema. -----

----- Por fim, solicitou pormenores relativamente à reunião do Presidente da CMS com a Faculdade de Arquitetura de Lisboa sobre um projeto para a Lagoa de Albufeira e perguntou se até ao momento já existia alguma proposta no âmbito Programa REVIVE sobre o Santuário do Cabo de Espichel. -----

----- Tomou o uso da palavra o **Deputado Rui Rodrigues**, que após cumprimentar todos os presentes disse que a sua primeira pergunta seria no sentido de uma intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) na Praia da Califórnia, junto à fonte, onde haviam procedido à limpeza de uma barreira que supostamente estaria a cair. No entanto, apesar de se tratar de uma intervenção útil, deixaram todos os detritos que sobraram da barreira na areia. Acrescentou que todos conheciam o mar de Sesimbra e se viesse um inverno rigoroso como o de há 2 anos atrás que destruiu parte da marginal, iria distribuir todo o entulho pela praia. -----

----- Perguntou se a APA iria retirar o entulho e se não o fizesse, e se de facto o mesmo se espalhasse pela praia, quem seria o responsável pela limpeza da mesma. -----

Ata nº 20 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Acrescentou que, na sua opinião, se tratava de uma situação de perigo para a Saúde Pública, pois uma criança poderia correr o risco de se magoar ou cortar nas pedras, já que algumas delas tinham faces cortantes. -----

-----Perguntou qual foi a avaliação que fizeram sobre o Exercício Cascade que tinha ocorrido em Sesimbra e perguntou se haviam sido detetadas algumas falhas relativamente ao Sistema de Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP), se o SIRESP no Concelho de Sesimbra não teria os chamados “buracos negros” que existiam em muitos pontos do País. -----

-----Disse que no dia anterior tinha existido uma greve legítima dos enfermeiros, mas houve um colega seu que se tinha magoado com alguma gravidade dirigindo-se ao Centro de Saúde de Sesimbra, ao atendimento permanente, e apesar de lá estar um médico não foi atendido devido à greve. Quando perguntaram o porquê, responderam que aquele se tratava de um atendimento complementar e não eram obrigados a ter serviços mínimos de atendimento ao público. -----

-----Acrescentou que, numa terra como Sesimbra, em pleno verão, e considerando que a greve era um direito legítimo que não estava em causa, como é que era possível que uma unidade de saúde não prestasse os serviços mínimos. O seu colega acabou por ter de se dirigir a um hospital particular em Setúbal, a cerca de 40 quilómetros. -----

-----Tendo em vista a construção do novo Centro de Saúde, perguntou se iriam continuar a viver com aquele tipo de atendimento ao público no Concelho de Sesimbra e se era este o estado da saúde que tinham para o Concelho numa altura do ano que tinha o dobro ou o triplo de população habitual. -----

-----De seguida, disse que andava a circular na internet, nomeadamente, na rede social Facebook, um documento assinado por um militante do PS com o seguinte título: *“Anda por ai uma Onda de Recordações, Preservação da História e da Memória, Muita Festarola de pompa e circunstância”*. -----

-----Disse que o documento estava relacionado com a Escola Navegador Rodrigues Soromenho e que a bancada do PS, à exceção do Deputado Pedro Mesquita que fazia parte da AMS já antes do atual mandato, desconhecia em absoluto o trabalho da AMS em relação à Escola Navegador Rodrigues Soromenho, e aquele documento dava a entender que a paternidade e a resolução do problema se devia ao Partido Socialista. -----

-----Recordou que nos dois ou três últimos mandatos, alguma vez o PS havia apresentado um único documento naquela Assembleia sobre a necessidade de construção da Escola Navegador Rodrigues Soromenho ou de outro qualquer estabelecimento de ensino do Concelho. -----

-----Acrescentou que quando a GM da CDU ou do PSD, que também tinha apresentado alguns

Ata nº 20 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

documentos sobre a necessidade de construção das escolas, apresentavam documentos, o anterior Líder de Bancada do PS votava a favor mas dizia que tinham de ter muito cuidado ao reivindicar porque o dinheiro não chegava para tudo. -----

-----Quando finalmente o problema da construção da Escola Navegador Rodrigues Soromenho ficou resolvido, muito pela pressão dos pais, pelo trabalho da AMS e da CMS, na pessoa da Vice-Presidente Felicia Costa e do, na altura, Presidente Augusto Pólvora, que infelizmente já não se encontrava entre nós para poder testemunhar, no dia 26 de julho de 2017, o GM do PS apresenta um documento e é com base nesse documento que assume a paternidade da escola. -----

-----Perguntou quantos documentos já tinham sido apresentados pelo PS sobre a necessidade da construção de uma escola secundária na Quinta do Conde. -----

-----Por fim, perguntou em que ponto se encontrava a situação da Escola Navegador Rodrigues Soromenho e qual o valor da obra, pois o Estado transferiu para o Município cerca de 3 milhões de euros mas esse valor certamente não seria suficiente.-----

-----Tomou o uso da palavra o **Deputado José Guerra**, que após cumprimentar todos os presentes perguntou, partindo do princípio que seria o Ministério da Saúde a lançar o concurso para o Centro de Saúde de Santiago, para quando estava previsto o lançamento do concurso e o início e a duração da obra.

-----Referiu que tinham sido vistas algumas carrinhas da Turiscar Rent-a-Car e perguntou se tinha sido necessário alugar viaturas, se sim, a que propósito e a que valor. -----

-----Perguntou também se a CMS pretendia cumprir o prazo de 12 de julho para publicar as alterações aos Planos Territoriais pedidas pelo Programa da Orla Costeira Alcobça-Cabo Espichel. -----

-----Relativamente ao Plano de Ação Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) e a construção de passeios, referiu que foram feitas umas bermas ao nível da estrada entre Alfarim e Caixas, perguntou se esses eram os passeios ou se estava previsto a colocação de lancil, pois as bermas estavam a servir de estacionamento, o que levava as pessoas a continuar a andar pela estrada.-----

-----De seguida, referiu que tinha sido noticiado na comunicação social que no próximo ano iria decorrer em Sesimbra o Festival da Liberdade organizado pela Associação de Municípios de Setúbal e perguntou em que lugar se iria organizar o Festival, se teria de ir a reunião de câmara para ser aprovado e se teria de haver estudos.-----

-----Questionou se, com o crescente e frequente risco de inundação pelo mar da Lagoa de Albufeira, a CMS não temia que fosse necessário um sistema que moderasse a entrada do mar e que evitasse a salinização das águas da grande bacia hidrogénica que alimentava a lagoa que era o maior recurso de

Ata nº 20 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

água limpa do País. -----

-----Referiu que no ano de 2016, o Município havia alertado a CMS, após a queda do telhado da antiga Oficina Covas & Filhos, do perigo existente de cair a parede que dava para o estacionamento. A resposta do Presidente da CMS na altura foi de que o proprietário havia sido notificado, mas a situação continuava, e em pior estado. Acrescentou que era urgente fazer um travamento na parede que dava para o estacionamento e a correção do telhado. Perguntou se haviam intenções de avançar com esses procedimentos e ou se havia alguma ideia sobre o que iria decorrer relativamente a essa situação. -----

-----Perguntou em seguida, para quando estaria prevista uma campanha de recolha de retirada das antenas de TV antigas dos telhados, pois existiam casos de queda eminente.-----

-----Por fim, disse que na Estrada da Azóia continuavam a haver zonas sem bermas e com buracos na estrada e perguntou para quando iria ser o alcatroamento da mesma. -----

-----Tomando o uso da palavra, o **Deputado Miguel Ribeiro** cumprimentou todos os presentes e disse que andava a circular na internet, em alguns órgãos de comunicação social, que o Distrito de Setúbal era o único distrito que não tinha apresentado plano de combate a fogos rurais, e entretanto viu uma outra notícia em que o Comandante Operacional Distrital de Setúbal dizia que o plano já estaria pronto e que iria ser apresentado antes do início de julho, que era a época considerada mais crítica em termos de fogos. Perguntou se essa situação de facto ocorreu e qual era o ponto de situação. -----

-----Tomou o uso da palavra o **Deputado Pedro Mesquita** que após cumprimentar todos os presentes, disse que a sua questão seria dirigida à Mesa da Assembleia, uma vez que não tinha entendido o sentido da intervenção do GM da CDU e se as questões colocadas pelo mesmo, eram dirigidas à Bancada do PS ou à CM.-----

-----Se a pergunta foi direcionada ao PS, gostaria de poder responder, se foi direcionada à CM, aguardaria pela resposta e faria depois uma intervenção. -----

-----A **Presidente da AMS** disse que, sem fazer nenhuma interpretação, deixaria o espaço de resposta ao Presidente da CMS, e posteriormente, uma vez que houveram referências ao PS, poderiam prestar os seus esclarecimentos.-----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado João Pólvora** que após cumprimentar todos os presentes disse que no ano passado tinham existido alterações na definição dos estacionamentos em Sesimbra e perguntou se no ano corrente estaria previsto alguma evolução face às alterações do ano anterior.-----

-----De seguida, disse que tinha tomado conhecimento que um conjunto de trabalhadores do Grupo Desportivo de Sesimbra havia procurado ter uma reunião com o Presidente da CMS para transmitir

Ata nº 20 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

preocupação com algumas situações e, nomeadamente, com a sua situação laboral precária. Solicitou informações relativamente aos esclarecimentos dados na reunião.-----

-----Usou em seguida da palavra o **Deputado Faustino Marques** que cumprimentou todos os presentes e disse que gostaria de expor uma situação que lhe tinha sido transmitida há algum tempo no que dizia respeito à Rua Cidade de Ceuta na Quinta do Conde 4, que tinha acesso à Avenida da Liberdade e a um acesso provisório, onde as viaturas passavam e saltavam o passeio através da Rua de Moçambique. -----

----- Nessa rua, na entrada principal da Avenida dos Aliados, passados uns 60/70 metros, havia uma curva muito apertada. -----

-----Perguntou se havia a possibilidade de colocar um sinal de sentido único ou sentido proibido naquela zona ou colocar uns pinos em cimento do outro lado da Rua de Moçambique de forma a reduzir o trânsito. -----

-----Acrescentou que a situação foi exposta cerca de 2 vezes pelos moradores, que diziam que crianças andavam na rua, e as viaturas a saltar o passeio através da Avenida ou da Rua de Moçambique era perigoso. -----

-----Usou em seguida da palavra o **Deputado Paulo Caetano** que após cumprimentar todos os presentes, disse que iria falar sobre um assunto já mencionado pelo Deputado Rui Rodrigues, nomeadamente a intervenção junto à Praia da Califórnia, pois também lhe fazia alguma confusão os detritos que lá estavam.-----

-----Perguntou se a APA entregou à CMS a devida justificação e estudos aos técnicos que justificassem aquela intervenção.-----

-----De seguida, solicitou informações relativamente ao ponto de situação do Plano Diretor Municipal (PDM). Apesar de a reunião ter sido com a Vice-Presidente da CMS e ela não estar presente, talvez o Presidente pudesse fornecer algumas informações.-----

-----Relativamente à reunião do Vereador José Polido com a Amarsul e com a Sociedade Ponto Verde no âmbito do Festival Super bock Super Rock, perguntou como estavam as questões a ser encaradas e geridas do ponto de vista do Município. -----

----- Referiu em seguida, uma deliberação da CMS, a 5 de junho, referente ao POC Espichel-Odeceixe com um parecer desfavorável, e perguntou que elementos poderiam fornecer sobre a justificação desse parecer.-----

-----Referiu também uma recomendação do GM do PS, referente ao Mercado Municipal de Sesimbra

Ata nº 20 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

que tinha sido reprovada, e sobre a qual a CMS havia dito que tinha conhecimento sobre a situação mencionada e que os serviços estariam a resolver. -----

-----Perguntou quando é que ocorreu a última reunião com os comerciantes para falar sobre esses problemas, quando e qual foi a última intervenção realizada no mercado para solucionar algumas das reclamações, quais eram as intervenções solicitadas pelos comerciantes que iriam ter resposta e se havia alguma programação para essas intervenções. -----

-----Disse que na Sessão anterior da Assembleia Municipal, um munícipe tinha feito uma intervenção relativamente a uma situação na Rua do Pocinho na Aldeia da Maçã em que referiu um abaixo-assinado, com 60 assinaturas entregue na CMS há 7 meses. Questionou como se justificava a falta de resposta por escrito por parte da CMS, nem que fosse apenas por uma questão de delicadeza.-----

-----Na sequência dessa intervenção, uma vez que já tinham passado 8 dias, perguntou se já tinha havido alguma reunião ou algum novo contacto com o mesmo munícipe, se existiam outras situações de baixos-assinados que tenham entrado na Câmara nestes últimos meses e, se sim, quantas já tinham obtido resposta. -----

-----Em seguida, disse que na primeira sessão da Assembleia do final do verão passado, tinha sido falado sobre a situação da recolha de resíduos e de constrangimentos que entendiam perfeitamente que existam para os serviços municipais e que não eram fáceis de resolver, mas haviam algumas coisas que poderiam ser feitas. -----

-----Perguntou o que tinha sido feito nesse sentido entre o final do verão passado e o início deste verão e que resultados poderiam ver. -----

-----Perguntou ainda como é que se explicavam informações recentes de que serviços municipais tinham ecopontos próprios para a separação de resíduos, o que fazia todo o sentido e os jovens da região aderiam muito facilmente à separação, mas em simultâneo, esses mesmos jovens eram informados de que os resíduos iriam todos parar ao mesmo sítio independentemente da separação. -----

----- Essa era uma situação do Parque Augusto Polvora, do serviço exclusivo do município sem a intervenção da Amarsul, em que a informação transmitida era que, os resíduos colocados em separado nos pequenos contentores que existiam no parque iam para o mesmo sítio. Se fosse verdade era grave e se não fosse verdade era um disparate.-----

-----Disse que em junho do ano passado, o GM do PS havia colocado uma questão à CMS, e não tinha ainda obtido uma resposta por escrito. A questão dizia respeito ao Mercado da Lagoa, à insatisfação dos comerciantes e a uma série de questões que tinham identificado, nomeadamente, a falta de cobertura

Ata nº 20 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

que protegesse as bancas e os clientes, as caleiras e o escoamento de águas fluviais que não funcionavam bem porque inundavam o interior dos módulos, a inexistência de pontos de água para lavagem das bancas, a falta de limpeza do espaço interior dos módulos, o corte de ervas e os problemas com o estacionamento.-----

-----Perguntou o que tinha sido feito desde junho do ano passado até então e quais os resultados.---

-----Referiu uma recomendação do GM do PS, aprovada em junho do ano passado, que recomendava que a CMS desenvolvesse painéis informativos e folhetos com um mapa que identificasse parques de estacionamento na Lagoa de Albufeira. Também se tinha falado na possibilidade de implementar um circuito de transporte de visitantes que pudesse ligar parques de estacionamento, não diretamente sobre a água, mas um pouco mais afastados, que não fosse dissuasor desse transporte. -----

-----Questionou se alguma coisa tinha sido feita desde essa altura.-----

-----Referiu ainda outra Recomendação subscrita pelo GM do PS aprovada em novembro, que recomendava a melhoria da iluminação pública na Avenida da Liberdade. Na altura tinha sido dito que o problema não existia porque como era habitual naquela altura do ano, as árvores tinham sido podadas e então a iluminação não era prejudicada por esse facto. -----

-----Mas entretanto, as copas das árvores já se haviam repostas, como era habitual, e estavam mais uma vez numa situação semelhante há de um ano atrás. Estava a chegar o período de verão, e como a iluminação era deficiente, a dimensão das árvores ia fazer com que a avenida ficasse muito mal iluminada.-----

-----Acrescentou que achava que estavam numa terra muito segura mas a sensação de insegurança surgia aos residentes e visitantes devido à deficiência na iluminação.-----

-----Perguntou se alguma coisa foi feita desde a aprovação da recomendação em novembro e que resultados podiam ver.-----

-----Interveio em seguida o **Deputado Lobo da Silva** que começou por cumprimentar todos os presentes e dizer que gostaria de congratular a indicação da Praia do Minho de Baixo como praia de poluição zero.-----

-----Em seguida disse que a ponte que existia na Avenida Xavier de Lima tinha, no sentido Oeste-Este, uma indicação a dizer “Concelho de Sesimbra” e no sentido Este-Oeste, no final da ponte, outra indicação que dizia “início do Concelho de Sesimbra”. Havia um desfasamento, não podia estar de um lado a indicação de que começava o Concelho e do outro lado a mesma coisa. Era um pormenor que facilmente se conseguiria ultrapassar.-----

Ata nº 20 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Ainda relativamente à ponte, disse que a Avenida António Xavier de Lima tinha sido alcatroada e limpa, no entanto, a ponte continuava com um aspeto difícil de entender.-----

-----Alertou que o piso da Avenida ainda só tinha cerca de 2/3 meses e já se começavam a notar irregularidades. Sabendo que havia sido uma obra da CMS, mas que a maioria dos que lá passavam eram munícipes do Concelho, solicitou que se intervisse junto das outras Autarquias para que se revisse a obra. --- -----

-----Referiu que, devido à intempérie que assolou o País e o Concelho, alguns espetáculos do 25 de Abril foram cancelados, e perguntou se a artista Joana Amendoeira, cuja atuação estaria prevista para as comemorações do 25 de Abril na Quinta do Conde, tinha feito acordo de voltar novamente à Freguesia para atuar e quando.-----

-----Perguntou também se já tinham iniciado o Plano de Urbanização da Quinta do Conde.-----

-----Referiu que já se tinha mencionado a questão do lixo e, não obstante de ser responsabilidade da CMS a recolha do lixo e dos monos, também não era menos verdade que as pessoas não tinham respeito umas pelas outras nem por quem andava a recolher o lixo.-----

-----Era possível visualizar uma artéria do Concelho de Sesimbra que tinha intervenção na recolha do lixo e dos monos e passados dois dias o lixo estava novamente repleto de mobília e colchões.-----

-----Deveria de se tomar alguma medida de fiscalização ou prevenção. Apesar de esta ser uma situação transversal a todos os Concelhos, como eleitos no Concelho de Sesimbra, teriam de preservar o ambiente e a imagem do mesmo.-----

-----Questionou o que pretendiam fazer para que esse problema, no mínimo, diminuísse, pois por mais investimento que a CMS fizesse, e sabiam que a AMS tinha aprovado um empréstimo para a aquisição de material cuja autorização para a sua aquisição só foi liberta pelo Tribunal de Contas passado um ano, tinham de fazer mais alguma coisa.-----

-----Todos ali presentes, como eleitos, se tivessem de fazer alguma ação de sensibilização não se recusariam a fazê-lo.-----

-----Por fim, complementando a intervenção do Deputado Rui Rodrigues relativamente à questão dos estabelecimentos de ensino, disse que faltava falar num trabalho feito ao longo de 4 anos pela Comissão coordenada pelo mesmo.-----

-----Usou em seguida da palavra Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, o **Deputado Vítor Antunes**, que após cumprimentar todos os presentes disse que em Setembro do ano passado tinha estado nas antigas instalações do Centro de Saúde da Quinta do Conde na perspetiva da sua renovação e

Ata nº 20 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

ampliação, mas, como não viu nada no terreno, em Abril escreveu ao Ministério da Saúde, e a resposta que recebeu foi que o processo se encontrava em fase de estudo de elaboração de projeto estando o Município de Sesimbra a colaborar ativamente nos processos de alteração de infraestrutura necessárias ao acréscimo exigido pelo estudo prévio de Arquitetura. -----

-----Solicitou o ponto de situação relativamente a essa matéria.-----

-----Em seguida, referiu a ausência de instalações com condições condignas para as forças de segurança na Quinta do Conde e o facto de terem vindo a reclamar insistentemente junto do Ministério da Administração Interna a sua construção. -----

-----Acrescentou que tinha tido a oportunidade de colocar a mesma questão diretamente ao Ministro da Administração Interna no ano de 2010, na inauguração das instalações do Bombeiros Voluntários de Sesimbra, na Quinta do Conde.-----

-----Também em maio deste ano escreveu ao Ministro da Administração Interna a solicitar esclarecimentos sobre o referido e continuava sem resposta.-----

----- Acrescentou que ainda não tinha passado muito tempo, há mais tempo estavam à espera que a Secretária de Estado da Educação respondesse à Junta de Freguesia relativamente a uma questão colocada sobre as perspetivas de construção da Escola Secundária na Quinta do Conde, e já começava a perder esperança de obter uma resposta.-----

-----Solicitou informações relativamente a essa matéria, caso existissem, e acrescentou que foi a luta dos Quinta Condenses pela construção da Escola Secundária da Quinta do Conde que ajudou a Vila de Sesimbra a levar às escolhas pela renovação da Escola Navegador Rodrigues Soromenho.-----

-----Seguidamente, **A Presidente da AM** fez o ponto da situação do tempo utilizado por bancada nas intervenções, informando que o MSU tinha utilizado 4 minutos, a CDU 10 minutos, o PS 10 minutos, o BE 4 minutos e o PSD 7 minutos.-----

-----De seguida, cedeu o uso da palavra ao Presidente da CMS para que respondesse às questões colocadas.-----

-----**O Presidente da CMS** começou por dizer que iria falar devagarinho, a exemplo que tinha feito na semana passada, para ficar tudo gravado e registado na respetiva ata, para, se necessário, confrontar com algumas questões que pudessem ser entretanto publicadas por alguns elementos.-----

-----Relativamente à questão colocada pelo Deputado João Rodrigues, no que dizia respeito às perdas da água, disse que independentemente do estudo, reconheciam que o Município de Sesimbra tinha, ainda hoje, uma percentagem elevada de perdas, e daí também não era menos importante referir que

Ata nº 20 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

nos dois últimos anos e nos dois últimos orçamentos e Grandes Opções do Plano, não estando prevista nos anos anteriores, houve uma opção de maior esforço do Município de Sesimbra de em todas as intervenções que faziam, quer no âmbito das repavimentações quer no âmbito das novas pavimentações ou do próprio PAMUS, fazer uma substituição das condutas. -----

----- Tinham um problema de facto, as condutas que tinham no Concelho de Sesimbra eram condutas antigas e portanto levavam a um volume elevado de perdas de água, o que não era a melhor opção. ----

-----Havia um investimento claro. Ainda há um mês atrás sensivelmente, o Município de Sesimbra havia submetido uma candidatura ao Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR) no valor de 1,8 milhões de euros, que para além da substituição de condutas pressupunha também uma monitorização do próprio sistema através de um sistema de telemetria das condutas principais, podendo avaliar de uma forma mais eficiente as perdas e atuar de forma mais célere. -----

-----Acrescentou que o Vereador José Polido poderia depois completar essa informação. -----

-----Disse que a candidatura já estava aprovada e seria mais um investimento que iriam assumir para além do que já haviam assumido no âmbito dos orçamentos de 2018 e de 2019 que era superior a 2 milhões de euros. -----

-----No que dizia respeito aos protocolos celebrados entre a CMS, a Casa Mesquita e os cidadãos João Aldeia e Manuel José Pereira, disse que se tratavam de 2 protocolos de cedência dos espólios de 3 entidades diferentes.-----

----- No caso da Casa Mesquita, tratava-se de uma cedência em depósito, ou seja, o Município de Sesimbra ficava com a guarda de todo o espólio documental, mas a propriedade mantinha-se na Casa Mesquita, era um protocolo que visava enriquecer o arquivo municipal de Sesimbra.-----

-----No caso dos cidadãos João Aldeia e Manuel José Pereira, tratou-se de um protocolo de cedência definitiva que vinha com o respetivo balancete daquilo que era cedido à CMS, também de forma a enriquecer o Arquivo Municipal. -----

-----Mais especificamente, no caso do cidadão João Aldeia, tratava-se de documentos mais genéricos, sobretudo da década de 70, e, no caso do cidadão Manuel José Pereira, eram documentos relacionados com a indústria conserveira a nível de documentação e fotografia, também em Sesimbra. -----

-----Relativamente ao Café Memória, disse que o mesmo havia sido inaugurado e estava inserido no quadro do projeto intermunicipal: Percursos em rede para a inclusão ativa (PRIA), e tratava-se de um financiamento ao abrigo do Fundo Social Europeu do pacto da AML, que era o Espaço Memória. -----

----- O PRIA resultava da parceria do Território Arrábida, entre Setúbal, Palmela e Sesimbra. -----

Ata nº 20 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----O Café Memória era uma componente do Espaço Memória que tinha sido instalado na Casa do Bispo e tratava-se de uma parceria entre a CMS, a Fundação Alzheimer Portugal, a Sonae e a Fundação Montepio. -----

-----No fundo, o Café Memória tratava-se de uma partilha de técnicos e financiamento por forma a acolher cuidadores e as próprias pessoas que sofriam da Doença de Alzheimer ou outras perturbações similares, em duas sessões mensais, no Espaço Memória. -----

-----O Espaço Memória era mais abrangente, tratava-se de uma candidatura aprovada, sobretudo para a população mais sénior, que iria dinamizar o espaço Casa do Bispo, com um conjunto de atividades também previstas no próprio projeto. -----

-----No que dizia respeito ao empréstimo de médio-longo prazo de valor superior a 4 milhões de euros para a amortização do PAEL, e que eventualmente se poderia vir a concretizar, disse que, naquele momento estava a haver uma consulta informal às entidades bancárias para aferir das condições em que o mesmo poderia ser executado. Claro que teria de ir à Assembleia Municipal para deliberação, mas naquele momento era um processo que estava ainda numa consulta informal com as instituições financeiras. -----

-----Acrescentou que, sem mexer nos montantes e nos prazos do PAEL, porque era impossível transformar aquela dívida numa dívida de maior prazo e o empréstimo do PAEL era aquele que tinha a taxa de juro menos apetecível tendo em conta aquilo que eram os valores comerciais, existia a tentativa de, por um lado retirar o peso do PAEL de cima dos ombros do município, com todas as condições que daí resultassem, e por outro lado ter uma vantagem em termos daquilo que era a taxa de juro. -----

-----Relativamente aos dejetos dos cães, disse que estavam a preparar de facto, no quadro de uma estratégia também ligada ao setor animal, uma campanha muito abrangente que iria acompanhar aquilo que seria a concretização do Centro de Recolha Oficial de Animais, que estava neste momento em obras. -----

-----A campanha previa a colocação de sinalética em todos os parques verdes, a sensibilização aos detentores dos animais e, também, um quadro de adoção. -----

-----Iriam também tentar articular com as associações do setor, mas era uma campanha grande e seria integrada na questão do próprio Centro de Recolha Oficial de Animais. -----

-----Acrescentou que neste tinham um problema maior do que a questão dos dejetos dos cães e que a situação dos monos referida pelo Deputado Lobo da Silva, pois estas tratavam-se de uma questão cultural, que era um problema geral e não só de Sesimbra. -----

-----Considerava que todos, incluindo Sesimbra, deviam ter um papel ativo, sobretudo de

Ata nº 20 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

sensibilização, mas era uma matéria que nos competia a todos enquanto cidadãos, poder mitigar e alterar comportamentos. -----

-----Havia um problema que tinham a montante, que era o abandono dos animais. Neste momento não tinham capacidade de resposta e estavam no limite das suas capacidades. -----

-----A própria Associação Bianca estava no limite das suas capacidades em função do que tinha vindo a ser o abandono dos animais no Concelho, e esse é que era um problema grave. -----

----- No que dizia respeito à reunião com a Faculdade de Arquitetura de Lisboa, disse que se tratou de uma mera reunião exploratória sobre a eventual implementação de um projeto ligado às hortas pedagógicas na Lagoa de Albufeira em dois artigos que eram propriedade de um dos professores da própria universidade, onde não era passível de construção e estava neste momento em avaliação no quadro dos próprios serviços, sendo que colocavam a necessidade de ter algumas estruturas amovíveis e isso teria de ser bem avaliado do ponto de vista técnico-jurídico. -----

-----Relativamente ao REVIVE de Cabo Espichel disse que estavam naquele momento a ultimar o caderno de encargos, faltava apenas fazer a contratualização daquilo que tinha sido o protocolo com a Confraria Nossa Senhora do Cabo Espichel, nomeadamente com a diocese.-----

-----O estudo económico-financeiro apontava para uma concessão de 50 anos, e era isso que tinha de ser materializado no quadro do contrato com a confraria, o direito de superfície ao município de cerca de 60% da ala sul para 50 anos, por forma a lançar-se o procedimento. -----

-----Como sabiam, parte do imóvel era da Câmara, a operação estava a ser montada pela mesma e o lançamento iria ser feito no quadro do REVIVE, ou seja, a Câmara iria delegar no Turismo de Portugal a condução dessa operação.-----

-----Acrescentou que, naquele momento não tinham informação oficial mas tinham informação oficiosa, pois existiam interessados oficiosamente mas que ainda não conheciam o caderno de encargos, quando conhecessem não sabia se manteriam a intenção de se candidatarem. A indicação de que as intenções se manteriam eram boas. -----

-----Estava a ser feito um esforço entre a CMS e o Turismo de Portugal para que até ao fim do mês de julho e início do mês de agosto se pudesse lançar na plataforma o concurso de concessão do Cabo Espichel, se ultrapassa-se esse prazo o Município de Sesimbra tentaria protelar para o mês de setembro. -----

-----No que dizia respeito à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente na Praia da Califórnia disse que se tratou de uma intervenção sobre a qual a CMS teve conhecimento e que foi acompanhada pelos seus serviços. Não iria dizer que tinha sido uma intervenção articulada porque não foi, e

Ata nº 20 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

denunciaram imediatamente à APA a necessidade de retirar o entulho que a APA não interpretava como entulho. -----

-----De acordo com a opinião técnica da APA, haviam criado um talude que serviria de salvaguarda à eventual queda da arriba com o objetivo de afastar as pessoas. -----

-----Referiu que, mesmo não havendo abertura por parte da APA de retirar os detritos que eles consideravam uma salvaguarda, haviam enviado um *email* no sentido de solicitar que pudessem minimizar um pouco o impacto, retirando algumas partes ou colocando uma vedação. Contudo, não tinha havido qualquer abertura por parte da APA, e eram os mesmos quem tinha a competência e responsabilidade sobre essa matéria.-----

-----Se acontecesse, com alguma intempérie, os detritos irem todos por ai fora, competiria à APA proceder à limpeza. A história já ia dizendo que a CMS substituíra uma vez mais a Administração Central nessa matéria e que provavelmente essa responsabilidade lhes iria cair em cima.-----

-----Acrescentou que até ao momento não tinha havido qualquer abertura por parte da APA para poder minimizar o impacto. -----

-----Relativamente ao exercício CASCADE disse que iria pedir ao Vereador Francisco Luis que pudesse abordar o tema depois.-----

-----No que dizia respeito ao Centro de Saúde disse que a CMS é que iria dinamizar o concurso, eram os donos da obra e neste momento, ainda sem fechar todas as possibilidades, estimava-se que seria uma intervenção superior a 2 milhões de euros. -----

-----Como já se sabia, o município tinha um financiamento de 1 milhão de euros por parte do Ministério da Saúde e fez uma candidatura ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) que garantiu mais meio milhão de euros a fundos comunitários, ou seja, entre aquilo que era o financiamento do Ministério da Saúde ao abrigo do contrato que tinham, e a candidatura feita ao FEDER, sendo a CMS a dona da obra, iriam ter uma comparticipação no valor total de 1,5 milhões de euros. -----

-----O que estava estimado naquele momento, ainda sem estar totalmente fechado, é que seria uma intervenção superior a 2 milhões de euros. -----

-----Era expectável que durante o mês de agosto, numa das reuniões de câmara, fosse proposta a autorização de abertura do procedimento concursal para a construção do Centro de Saúde. -----

-----Essa unidade de saúde teria 4 valências, nomeadamente, uma Unidade de Saúde Familiar (USF), por esse motivo é que só tiveram financiamento de meio milhão de euros, porque o financiamento era sobre as Unidades de Saúde Familiar ao nível do FEDER, um Serviço de Atendimento Complementar

Ata nº 20 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

(SAC), uma Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (USCP), como tinha o Centro de Saúde da Quinta do Conde, que serviria os eventuais cidadãos de Sesimbra que ficassem fora da USF e também, numa fase intermédia, os cidadãos da Freguesia do Castelo que já hoje estavam fora daquilo que estava protocolado para o funcionamento da USF, e teria também, consultas de maternidade e de Saúde Infantil – Juvenil.-----

-----Acrescentou que não sabia se em termos legais tinham ou não de cumprir serviços mínimos, mas uma das 4 valências da nova Unidade de Saúde de Sesimbra, era exatamente, não para aqueles que tinham médicos de família, mas, para aqueles sem médico de família e que estavam em Sesimbra como segunda residência ou os que visitavam, para que pudessem ter uma resposta rápida de proximidade no Centro de Saúde mais próximo. -----

-----Fazia sentido tudo aquilo que o Deputado Rui Rodrigues havia referido, a exemplo do que havia acontecido no antigo Serviço de Atendimento Permanente (SAP) que hoje se chamava Serviço de Atendimento Complementar, o horário de funcionamento devia ser compatível com a realidade social da própria freguesia ou do próprio Concelho, porque se não teriam de se fazer 40 quilómetros até Setúbal.

-----A nova Unidade de Saúde já tinha previsto um conjunto de meios muito maiores do que aquelas que o atual Centro de Saúde de Sesimbra tinha. Aliás, a alteração que fizeram de deixar de ter o edifício 1+1, para passar a ter um edifício único, permitia também o aumento da área útil da Superfície Total de Pavimento (STP) de 800 metros para 1200 metros, e por esse motivo havia também um aumento no valor previsto para a intervenção.-----

-----Disse que as respostas foram exigidas inclusivamente à Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Telo (ARS LVT), mas não sabia se, depois, em termos dos Recursos Humanos e de horários da ARS seriam condizentes com aquilo que tinham vindo a reivindicar, não fazia sentido se fosse de outra forma.-----

-----Não fazia sentido o Município estar a investir com uma parte significativa, não só meio milhão de euros para a obra como a cedência do terreno e os projetos de arquitetura que eram todos feitos a custos suportados pelo município, e depois não ter uma resposta adequada em função do equipamento que estavam a criar.-----

-----Esperavam que essa questão ficasse assegurada, sendo que tinham vindo a afirmar junto da Tutela e em particular junto da ARS LVT que o atendimento complementar deveria voltar a servir 24 horas por dia.-----

-----Como se sabia, a USF e a UCSP funcionavam normalmente até às 20 horas, em conformidade com

Ata nº 20 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

os acordos executados no quadro das próprias funções. -----

-----Era expectável, respondendo também à questão do Deputado José Guerra, que se conseguissem lançar o procedimento entre agosto e setembro, falando de 6 meses de tramitação processual e mais 1 mês e meio, sensivelmente, em Tribunal de Contas, se tudo corresse bem e se não houvessem reclamações dos concorrentes, no primeiro trimestre de 2020 se iniciaria a construção da Unidade de Saúde de Sesimbra. -----

-----Sobre a questão da escola Navegador Rodrigues Soromenho disse que a sua construção tinha duas fases, a ampliação e a reabilitação, até porque os alunos iriam ter de passar para a parte nova para ser reabilitada a parte antiga. -----

-----A empreitada de ampliação estava em curso, apesar de ter existido manifestações de 15 grandes empresas, apenas 4 apresentaram propostas e só uma é que tinha ficado abaixo do preço base. Não havia nada que levasse a não adjudicar, estavam agora em análise de propostas mas só havia uma. -----

-----O problema era que, se a empresa por qualquer motivo não tivesse em condições a meio da obra que custava 2,6 milhões de euros mais iva, não teriam uma segunda opção e teriam de fazer todo o processo de novo. Era um risco mas não havia outra hipótese. -----

-----Disse que, Era expectável que até agosto fizessem a análise das propostas e que entre setembro e outubro pudessem ter a consignação e o contrato assinado para procederem ao envio ao Tribunal de Contas. Se tudo corresse bem, ou entre novembro e dezembro, ou janeiro e fevereiro, iniciariam as obras da ampliação. -----

-----Acrescentou que era expectável que no final do mês de julho ficasse concluído o projeto de execução para a reabilitação. -----

-----Referiu que, não seria possível caber nos 3 milhões de euros financiados pelo Ministério da Educação, pois só na ampliação iriam gastar 2,7 milhões de euros. -----

----- A Câmara não tinha dados nem informação naquele momento e não podia mandar números para o ar de uma forma simplista. Admitia que aquilo que tinham vindo a falar com os projetistas era que provavelmente, no mínimo, 600 mil euros teriam de ser investidos na reabilitação face ao projeto de arquitetura que tinham naquele momento. -----

-----Isto significava que o Município de Sesimbra iria ter também mais 300 ou 400 mil euros a seu encargo com o conjunto da obra da Escola Navegador Rodrigues Soromenho, para além da cedência do terreno e para além do projeto que custou, entre especialidades e arquitetura, quase 150 mil euros. -----

-----Se tudo corresse bem, a obra iniciaria também no final do ano ou no início de 2020. Era

Ata nº 20 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

expectável que iniciasse já no último trimestre de 2019 e todos estavam a fazer força para que isso fosse possível. Tinha um prazo de execução de 500 dias, o que significava que se tramitasse durante todo esse período e se não houvessem atrasos a parte da ampliação estaria pronta no início do ano letivo 2021/2022.-----

-----Só nessa altura é que eventualmente se iria iniciar a reabilitação da parte antiga da escola. -----

-----No que dizia respeito à questão da paternidade, relativamente ao documento do PS referido pelo Deputado Rui Rodrigues, disse que não iria discutir essa matéria. Também era verdade que lhe tinha chegado às mãos essa informação mas não a iria discutir. -----

-----Tratava-se do *modus operandi* do PS, mas cada um fazia política como entendia melhor, apesar de achar que não era essa a forma mais correta. -----

-----Acrescentou que o PS já devia ter aprendido com os erros do passado, mas parecia que continuavam sempre a bater na mesma tecla. -----

-----Sempre que havia obras, era porque havia sido proposta dos Vereadores do PS ou influência da Administração Central, e o que não estava feito era culpa da CDU porque já devia de estar feito. -----

-----O Histórico dizia que este *modus operandi* não tinha vindo a resultar, o que para a CDU era favorável.-----

-----Relativamente às questões colocadas pelo Deputado José Guerra, nomeadamente, a questão do Centro de Saúde, disse que já tinha respondido que não era o Ministério da Saúde que iria lançar o procedimento mas sim a CMS como donos da obra. -----

-----No quadro do contrato com a ARS LVT não iriam ceder o terreno definitivamente, mas sim fazer um direito de superfície durante 50 anos. -----

-----Disse que já iam aprendendo alguma coisa com a Administração Central nessa matéria, porque os terrenos eram cedidos e depois nunca os conseguiram reverter quando eles não faziam as obras. -----

-----Quanto às carrinhas Turiscar, disse que desconhecia que pudessem ser sido alugadas. Sabia que em determinados momentos quando havia avarias das viaturas operacionais por vezes tinha de se alugar nos rent-a-car e admitia que poderia ser uma situação dessas, mas não tinha informações para dar. -----

-----No que dizia respeito ao prazo de 12 de julho para entregar as alterações por adaptação do PDM às normas do POC, disse que não sabia dizer se estaria pronto no dia 12 de julho. Independentemente de o prazo ser esse não encontravam nenhum normativo de sanção relativamente a um prazo que pudesse ser diferente. -----

-----Relativamente às bermas na estrada de Alfarim disse que o que estava previsto de facto era

Ata nº 20 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

colocar pinos ao longo de todo o passeio.-----

-----O previsto era o passeio tal e qual como estava, por questões também de saneamento das águas fluviais que existiam no terreno, e depois proceder à colocação de pinos para delimitar o estacionamento e o passeio pedonal.-----

-----As Infraestruturas de Portugal não autorizavam a colocação dos pinos, o que naquele momento era um problema. Por muita insistência que tivessem demonstrado, tratava-se de uma estrada nacional e não tinham autorização para colocar os pinos, assim como não tinham autorização para uma série de coisas. -----

-----As passeadeiras primeiramente previstas eram em calçada e algumas delas com lombas elevadas, mas uma vez que também não autorizaram, tiveram de ser pintadas. -----

-----A alternativa que as Infraestruturas de Portugal tinha, era a colocação de rails de proteção com fixação metálica, que do ponto de vista estético era horrível e iriam ter de avaliar se optariam pela colocação de rails ou se iriam insistir numa outra solução, porque de facto o pressuposto da intervenção no troço Alfarim-Caixas não estava a cumprir com o inicialmente dinamizado. -----

-----Relativamente ao Festival da Liberdade 2020 disse que não tinha conhecimento ainda do local onde se iria realizar e acrescentou que o mesmo era organizado, em cada ano, por um dos municípios da Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS) e tinha um mapa, portanto já sabiam há 4 anos que o festival de 2020 se iria realizar em Sesimbra.-----

-----Acrescentou que, antecipando-se ao de que deveria de ser uma informação da AMRS, no ano de 2021 o festival se iria realizar em Palmela e em 2022 no Montijo.-----

-----Estava previsto desde a criação do festival, que no ano de 2020 se realizasse em Sesimbra e não sabiam ainda onde seria o local da sua realização. Teriam de olhar para os Festivais dos anos anteriores e perceber a densidade do mesmo. -----

-----No que dizia respeito ao sistema que moderava a entrada do mar na Lagoa de Albufeira disse que a APA estava a realizar um estudo sobre essa matéria e do ponto de vista do que era a indicação das equipas da APA e das equipas técnicas da CMS da área do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a solução aparentemente melhor, sendo incipiente e sem o estudo estar ainda finalizado, seria uma abertura natural com recurso a draga. -----

-----Acrescentou que não poderia dizer mais nada porque era só essa a informação que tinha dos técnicos das diversas entidades. Se os técnicos eram competentes ou incompetentes não sabia porque não tinha capacidade de avaliar isso, a sua capacidade era a de avaliar politicamente e confiava muitas

Ata nº 20 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

vezes nos técnicos. -----

-----Relativamente à antiga oficina Covas & Filhos, disse que um dos armazéns que já tinha um processo de licenciamento de demolição com uma operação imobiliária associada, ou seja, a construção do edifício. A única coisa que haviam solicitado ao promotor foi que não o fizesse no período do verão porque a única entrada possível no momento era pela Rua 2 de Abril e seria um condicionamento terrível para uma demolição que iria desde a Rua 2 de Abril até à Rua Conselheiro Ramada Curto. -----

-----No que dizia respeito às antenas de televisão, disse que não tinham nada previsto e agradeceu a sugestão, pois haviam municípios que estavam a fazer ações de sensibilização, bem como a recolha e trocas com alguns serviços da própria câmara. -----

-----Relativamente à Estrada da Azóia, disse que no momento o que podia dizer era que a empreitada de saneamento da Azóia tinha 60 dias de prorrogação do prazo para além daquilo que contratualmente estava previsto. -----

-----Havia um esforço grande do município que, depois de ter uma obra em curso, tomou a opção de lançar um concurso para a substituição da conduta da água que não estava inicialmente previsto na empreitada de saneamento porque a mesma era financiada pelo PO SEUR, e daí também ter existido o atraso de 60 dias. Eram dois empreiteiros diferentes com duas obras a decorrer exatamente nas mesmas vias. -----

-----A Estrada principal estava praticamente finalizada, se já não estava, estaria brevemente a ser aplicada a camada de desgaste que era a camada final. -----

-----No momento, o que tinham estimado com a prorrogação do prazo, era que no final de setembro, admitindo que num quadro negativo pudesse ainda protelar para o mês de outubro, estariam concluídas todas as intervenções na Azóia. -----

-----Relativamente à questão colocada pelo Deputado Miguel Ribeiro referente ao plano de combate a fogos rurais, disse que a mesma questão já tinha sido colocada numa reunião de câmara. -Acrescentou que tinham o Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios estava aprovado e encontrava-se em vigor. -----

-----Referiu que posteriormente o Vereador Francisco Luís poderia esclarecer melhor essa matéria.--

-----No que dizia respeito à questão colocada pelo Deputado João Pólvora referente a alterações no estacionamento, disse que nas zonas mistas não estavam previstas alterações, no momento, para além das que tinham sido colocadas, a não ser alterações pontuais relativamente a alguma alteração de trânsito que pudesse vir a surgir mas que não seriam certamente feitas durante os meses de julho e

Ata nº 20 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

agosto. -----

-----Sobre o conjunto de trabalhadores do Grupo Desportivo de Sesimbra referiu que havia reunido com o mesmo já há quase um ano atrás para colocarem as suas questões.-----

-----Acrescentou que se tratava de prestadores de serviços do Grupo Desportivo de Sesimbra e o que lhes tinha explicado, e era o sentimento que eles tinham, era que deviam de se integrar na Câmara Municipal, e isso obrigaria a uma alteração de algo que já por si era tão débil e que já havia sido discutido na AMS, que era o protocolo de utilização da piscina de Sesimbra. -----

-----Mesmo que se fizesse uma alteração em que todo o pessoal, fosse o pessoal técnico, o pessoal administrativo ou o pessoal operacional, ficasse afeto à CMS, ficando toda a gestão do equipamento sob a esfera do município, o que acontecia tecnicamente e não operacionalmente, não havia nenhuma garantia nem enquadramento legal para internalizar trabalhadores de uma outra entidade que nem sequer era uma entidade pública. Teria de haver concursos. -----

-----Todas as outras questões estavam relacionadas com a relação contratual entre uma entidade e os trabalhadores, e a Câmara era completamente alheia a essa relação contratual. -----

-----Relativamente à questão colocada pelo Deputado Faustino Marques disse que no final cederia o uso da palavra ao Vereador Sérgio Marcelino para responder. -----

-----Quanto às questões colocadas pelo Deputado Paulo Caetano disse que julgava já ter respondido à questão da intervenção da APA na praia da Califórnia e explicou novamente que a Câmara acompanhou a intervenção mas que se tratou de uma decisão unilateral da APA. -----

-----A APA não tinha de entregar a informação à CMS relativamente à intervenção pois todo o plano praia era uma gestão da mesma, se fosse a Câmara a querer fazer uma intervenção, esta é que teria de entregar um estudo à APA. -----

-----A CMS acompanhou todo o procedimento com a APA desde o seu início. Não sabia se a mesma tinha entregado o estudo mas poderia tentar saber com os serviços, e se o Deputado quisesse poderia fazer a solicitação formalmente através da AM. -----

-----Referiu mais uma vez que a CMS acompanhou todo o procedimento e reiterou junto da APA a discordância relativamente à solução final encontrada da deposição do talude com os detritos resultantes do desbastamento da arriba.-----

-----Quanto ao Festival Super Bock Super Rock disse que não esteve presente na reunião da Amarsul com a Sociedade Ponto Verde. O que tinham vindo a acompanhar, que era um dos pressupostos que estava no acordo entre a Promotora Música no Coração e o Município de Sesimbra para a realização do

Ata nº 20 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

festival durante os próximos 3 anos na área do município, era articular em conjunto com o promotor a realização de um festival mais verde e mais eco que pudesse existir, tendo em conta também o enquadramento natural em que era realizado. -----

----- Era esse o esforço que a CMS tinha vindo a fazer com um conjunto de entidades, nomeadamente, a Sociedade Ponto Verde, o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), a Amarsul e a Quercos.-----

-----O trabalho estava a ser acompanhado não só pela Divisão de Ambiente Urbano, que tratava das questões mais com a Amarsul particularmente, mas também pela Unidade Técnica do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.-----

-----Relativamente ao Programa da Orla Costeira (POC) Cabo Espichel-Odeceixe disse que poderia dar uma nota global. O parecer desfavorável havia assentado essencialmente em três questões, nomeadamente:-----

----- Na discordância contra o fundamentalismo apresentado com as linhas de 50 metros respeitantes ao plano de água na Vila de Sesimbra, o que significaria que não conseguiriam consolidar urbanisticamente determinadas zonas, falando em 2 ou 3 buracos existentes na Vila de Sesimbra; -----

-----Na discordância profunda quanto ao plano de gestão previsto para a praia de Sesimbra, que previa a deslocalização de todos os apoios de praia da Praia do Ouro, incluindo o parque infantil, e não se sabia para onde, ou em alternativa, um estudo ou a estabilização da arriba. Havia uma discordância de fundo relativamente a essa matéria, falando da margem de segurança prevista no quadro da queda da arriba no monte do Macorrilho e no morro de alcatraz, e ocupava toda a praia do ouro;-----

-----E por fim, uma discordância quanto ao plano de praia que apresentava todo o areal de Sesimbra com concessões, ou seja, previam-se concessões desde a Praia do Ouro até à Praia da Califórnia interruptamente para além dos 30 metros entre concessões. Não sabia como iriam conseguir fazer isso porque quando estavam com a praia- mar não havia areia para concessões, mas admitia que poderiam ter 3 ou 4 chapéus. -----

-----Havia também uma discordância de fundo relativamente a alguns elementos patrimoniais que, de acordo com o POC, não eram passíveis de recuperar, como a Casa da Ronca no Cabo Espichel do Forte da Baralha.-----

----- Existia ainda alguma discordância dos pressupostos contra o enunciado relativamente aos leitos de cheiro na Vila de Sesimbra.-----

----- Disse que enviaram o parecer com base nos fundamentos enunciados e sugeriu que a AM o

Ata nº 20 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

solicitasse à CM.-----

-----Acrescentou que já tinham havido duas reuniões de concertação e grande parte dos problemas estavam ultrapassados. Não podia dizer mais do que isso, só quando saísse o relatório final. -----

-----Relativamente à questão dos comerciantes e do mercado, sugeriu que fosse também feita uma solicitação pela AM à CM, do relatório referente ao que estava a previsto intervencionar e o que estava previsto não intervencionar no Mercado Municipal de Sesimbra, e os prazos associados a cada um deles.

-----Disse que havia uma matéria que tinha a ver com o multibanco, que tinha vindo a acompanhar muito porque tinha obrigado a um esforço do município na tentativa de a DocaPesca também ter um multibanco, e se para a Docapesca não tinha sido fácil, para o Município também não.-----

-----Neste momento havia apenas uma entidade bancária, não com a solução que queriam que era o multibanco interior, que se disponibilizava a colocar uma caixa multibanco no exterior. A única solução passível de implementar obrigaria a uma intervenção da CM em cerca de 100 mil euros numa das fachadas e obrigaria a eliminar uma das bancas do peixe, que já eram reduzidas. -----

-----Teriam de ponderar, pois não estava a ver o Município de Sesimbra fazer uma intervenção de quase 100 mil euros para meter uma caixa de multibanco, a não ser que a entidade bancária assumisse os encargos. -----

-----Também não lhe parecia uma solução fácil, no sentido em que pudesse prejudicar outros operadores que muitas vezes pertenciam ao mesmo setor dos que os que solicitavam a Caixa Multibanco, do setor do peixe.-----

-----Acrescentou que poderiam sempre colocar Terminais de Pagamento Automático (TPA), aliás, essa era uma matéria que o Mercado da Quinta do Conde tinha colocado à CM, que era a necessidade de haver um multibanco interior e não posterior, e por acaso lá havia uma Caixa Multibanco no exterior, e alguns solicitavam a caixa multibanco e outros diziam que se podia colocar TPA. O cliente em vez de levantar dinheiro para pagar poderia fazer o pagamento diretamente, e neste momento as comissões estavam relativamente baixas. -----

-----Disse que a questão da ventilação estava a ser estudada tecnicamente e não era fácil, e o elevador não tinha tido mais nenhum problema desde a última intervenção há cerca de 6 meses. Mas, havia uma questão, não era possível na caixa do elevador que existia colocar um elevador com características de monta-cargas, isso obrigaria a uma alteração do próprio projeto e das dimensões da caixa do elevador, o que não era também razoável nesta fase.-----

----- O problema do elevador estava nos resíduos e sobretudo nas águas do gelo e do peixe que se

Ata nº 20 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

infiltrava no sistema do próprio elevador.-----
-----Disse que a questão da sinalética da casa de banho estava a ser preparada, até o relógio que tinha sido pedido pelos comerciantes já estava em adjudicação. -----
-----No que dizia respeito à Rua do Pocinho e ao abaixo-assinado, disse que era um problema que o município tinha neste momento e que tinha de resolver, não era razoável não existir uma resposta ao abaixo-assinado, nem que fosse numa resposta de conforto.-----
-----Esta não era uma questão virgem, podia não ser num abaixo-assinado, podia ser numa mera sugestão ao Município de Sesimbra ou alguma questão que fosse colocada, e fosse por que canal fosse, tinham uma necessidade de centralização daquilo que era as respostas da CMS que reconhecia que tinha de existir.-----
-----O que normalmente acontecia era o seguimento do protocolo do Município de Sesimbra, tirando as questões enviadas via redes sociais, em que a Divisão de Relações públicas rapidamente contactava o serviço para tentar responder, as outras demoravam mais tempo, fosse um *email*, um ofício, uma reclamação apresentada no Balcão Único de Serviços (BUS) ou nas sugestões *online*.-----
-----Quando a reclamação entrava, seguia diretamente para o serviço respetivo e muitas vezes ficava no serviço durante 2, 3, 4, 5, 6 ou 7 meses, como tinha sido este caso, à espera de se encontrar uma resposta.-----
-----Neste caso sabiam que a resposta era ter o prazo para implementação da solução que era solicitada pelo conjunto de cidadãos em questão, e muitas das vezes não existia uma resposta de conforto intermédia.-----
-----Era uma falha que a CMS tinha, que estava identificada e não era fácil de resolver, que passava por uma alteração do *modus operandi* dos serviços municipais e de toda a estrutura municipal, mas que tinha de acontecer.-----
-----Relativamente à questão da recolha de resíduos no Parque Augusto Pólvora disse que desconhecia essa informação mas não duvidava que tivesse havido essa resposta. -----
-----Quanto mais recolha seletiva proporcionassem menos encargos o município tinha com os indiferenciados, portanto tinham todo o interesse em que houvesse cada vez mais recolha seletiva. Não era à toa que nas estruturas grandes do Remove tinham também a recolha seletiva, mas seria interessante identificar quem havia dado essa resposta pois não era uma resposta compatível com aquilo que era o exercício das funções desempenhadas.-----
-----Quanto ao Mercado da Lagoa de Albufeira referiu que no momento ainda se mantinha o estudo,

Ata nº 20 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

e apontavam para uma solução que não fosse a requalificação do existente, mas a remoção das infraestruturas das bancas e a colocação de novas.-----

-----O investimento seria maior mas não era passível da avaliação técnica, numa intervenção daquelas, a requalificação não seria um aspeto que fosse resolver definitivamente de uma forma estética e funcional o Mercado da Lagoa de Albufeira.-----

-----Apontava-se para uma intervenção mais profunda mas ainda não tinham o projeto concluído.---

-----No que dizia respeito à questão dos parques de estacionamento disse que a questão era que não haviam parques de estacionamento naquele momento.-----

-----Estava previsto a criação de alguns parques de estacionamento com execução das AUGIS, mas, neste caso, com a execução das unidades operativas e das unidades de execução da Lagoa de Albufeira, nomeadamente, a Unidade de Execução 1, que era aquela que previa a existência de equipamentos coletivos e também de algum estacionamento.-----

-----Quanto à questão do transporte, disse que só se a CM aluga-se um transporte para colocar lá, mas essa solução não lhe parecia ser minimamente razoável porque também não tinham solução relativamente à questão dos parques de estacionamento neste momento.-----

-----Relativamente à questão da iluminação da Avenida da Liberdade, disse que sabia que estava a ser feito um estudo de ornamento de toda a Avenida que incluía também a renovação da iluminação, mas depois o Vereador Sérgio Marcelino, completaria essa informação.-----

-----Quanto à questão da ponte colocada pelo Deputado Lobo da Silva, disse que era uma referência sobre a ponte da Avenida Xavier de Lima que acabava na ponte, não continuava, pelo menos por enquanto. Setúbal ainda não tinha assumido o topónimo do resto da estrada portanto era só a parte de Sesimbra.-----

-----Acrescentou que não estava bem dentro da questão das placas mas sabia que iam fazer uma intervenção na ponte e que o Vereador Sérgio Marcelino poderia depois esclarecer também essa questão.-----

-----Relativamente à Estrada da Vila Amélia disse que já tinham a informação relativamente ao referido pelo Deputado e não sabia se a informação já tinha seguido também para a CM de Setúbal, mas a obra ainda estava na garantia.-----

-----Relativamente à questão dos concertos do 25 de Abril, disse que se recordava que na altura do cancelamento ainda era possível que se remarcasse o concerto, independentemente de ter um valor residual de pagamento, mas desconhecia se estava ou não prevista a sua remarcação.-----

Ata nº 20 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Relativamente ao Plano de Urbanização (PU) da Quinta do conde, disse que ainda não estava sequer nomeada a equipa para a sua revisão, porque uma parte significativa da equipa iria ser a mesma do PDM. -----

-----Acrescentou que queriam concluir a parte do PDM que ia para concertação das entidades e depois para discussão pública, que se previa até ao final do ano, e depois pegar no PU da Quinta do Conde.-----

-----Era expectável que também no mês de agosto levassem a proposta do PDM à CM para seguir para as respetivas entidades. -----

-----Sobre a questão do lixo e da fiscalização disse que não era um problema só de Sesimbra e que estavam a preparar em conjunto com os serviços do Vereador José Polido e os Serviços de Informação, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, uma grande campanha, que provavelmente seria depois do verão porque agora precisavam de usar os meios noutras áreas.-----

-----A campanha seria segmentada já que os problemas diferiam entre as Freguesias.-----

-----Tratava-se de uma grande campanha de sensibilização quase loja a loja e proprietário a proprietário, mas não queria dizer que funcionasse. -----

-----Acrescentou que em termos de fiscalização já tinham uma série de contraordenações, autos de notícia levantados e aplicação de coimas, o que já não acontecia há muitos anos. Não era suficiente porque normalmente o que acontecia era que o Serviço de Fiscalização, que tinha sido reforçado como sabiam, andava na viatura e não podia estar parado num sítio à espera que alguém cometesse uma infração -----

-----Se vissem, se fosse denunciado ou se houvesse uma fotografia como já chegou a existir inclusivamente com a viatura que depositava, levantariam o auto. Aí, tinham vindo a ser implacáveis.-----

-----Já tinha existido processos de contraordenação nas áreas quer dos monos, quer dos resíduos verdes, que eram os dois principais problemas. -----

-----Disse que já haviam contactado a Guarda Nacional Republicana (GNR) a solicitar que reforçassem essa fiscalização, revertendo 10% do valor da contraordenação para a mesma como previsto na lei. Mas, também sabiam da dificuldade de efetivos que a GNR tinha, que era evidente e eles próprios o demonstravam.-----

-----Esta era uma luta que iriam todos ter de continuar sempre.-----

-----Reforçou que neste momento ainda não tinham todos os meios ao dispor, e era verdade que os carros com grua que faziam a recolha trabalhavam 24 sobre 24 horas e ao fim de uns meses iam para a

Ata nº 20 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

oficina. Também não tinham ainda as equipas todas otimizadas, ainda haviam recursos humanos que precisavam de contratar.-----

-----De seguida, respondendo às questões colocadas pelo Deputado Vítor Antunes, disse que o Centro de Saúde da Quinta do Conde se mantinha e estava a ser feito o estudo acompanhado pela equipa da CMS e a equipa da ARS na proposta de reabilitação e ampliação do antigo Centro de Saúde da Quinta do Conde.- -----

-----A proposta da CMS era no sentido de um projeto mais denso do que o inicialmente apresentado, até contrariando umas notícias do próprio PS, que dizia que só haveria Centro de Saúde se aceitassem as competências da área da saúde porque a Câmara pagava. -----

-----Acrescentou que estavam a negociar e que iriam com certeza chegar a bom porto, aliás, tinham vindo a ter uma boa ligação com a ARS LVT. Não seria a solução que defendiam, pois a solução que defendiam era a construção de um novo centro de saúde de raiz, porque o antigo teria uma capacidade estimada para 11 mil utentes, ou seja, o somatório da capacidade dos 2 centros de Saúde da Quinta do Conde não iria ser suficiente para a população existente na freguesia.-----

-----Contudo, continuavam a dizer, a exemplo da Escola Secundária da Quinta do Conde, sabendo que após todo o processo de reivindicação e luta de anos, o edifício construído na altura já não era o adequado à densidade populacional. Se o processo fosse o mesmo pra a construção do centro de saúde, provavelmente daqui a 8 ou 9 anos teriam o Centro de Saúde no terreno.-----

-----Na lógica de que “mais vale um pássaro na mão do que dois a voar”, defendiam e disponibilizavam o terreno para o efeito, era preferível esta solução, com o compromisso de ser rápido, porque se fosse para demorar 4/5 anos ou 10/12 anos lançariam um projeto novo. -----

-----No que dizia respeito à Escola Secundária da Quinta do Conde disse que não tinham mais informação. Continuavam a defender a sua construção e, como sabiam, a CM havia cedido o Terreno. ---

-----A última conversa com a Secretária de Estado foi a de que não haveria condições no curto/médio prazo para a construção de uma escola secundária de raiz com a dimensão que estava prevista, abrindo a porta para a solução de ampliação e reabilitação da Escola Básica 2,3/S Michel Giacometti, com um novo pavilhão, com mais cerca de 20 salas, o que permitiria ampliar a oferta do ensino secundário na Quinta do Conde. -----

-----Disse que o investimento rondaria entre os 3 e os 4 milhões de euros e acrescentou que informalmente, não poderia dizer de forma formal porque obrigaria a uma decisão da Câmara, havia manifestado à Secretária de Estado que caso se viesse a desenvolver o procedimento, o Município de

Ata nº 20 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Sesimbra estaria disponível para realizar uma operação similar há que havia realizado na Escola Navegador Rodrigues Soromenho. -----

-----Disse que não acreditava que os pares da sua força política e sem ser da sua força política não acompanhassem esse raciocínio para execução dos interesses coletivos, sobretudo da Quinta do Conde e do Concelho de Sesimbra. -----

-----Da parte da Câmara Municipal, da Assembleia Municipal e dos Partidos Políticos, deviriam de continuar a reivindicar por cima, para que no mínimo acontecesse o que deveria de acontecer por baixo.

-----No que dizia respeito às instalações da GNR na Quinta do Conde, disse que era uma antiga habitação cedida pela CMS com condições terrivelmente más. -----

-----A CMS havia sido confrontada há cerca de um ano atrás pelo Comando Distrital, que disse que tinham uma listagem de obras e que, uma vez que a instalação era da CM, então a mesma deveria de fazer as obras, ao que a CM respondeu que já havia cedido o edifício para uma competência que não era sua. -----

-----Disse que o edifício não tinha condições, estava mal localizado e era uma reivindicação antiga da população do Concelho de Sesimbra e particularmente da Quinta do Conde e deveria de continuar a ser.

-----Acrescentou que já tinha tido a oportunidade de falar informalmente com o Capitão do Destacamento de Setúbal sobre essa matéria e iria haver uma reunião na próxima semana, dia 11, com o novo Comandante Distrital onde iriam abordar essa matéria. -----

-----Disse que o objetivo era pedir uma reunião à tutela sobre essa matéria, porque, já mais recentemente, há cerca de dois meses atrás, também porque a CMS arrendou umas instalações em Alfirim para ceder ao Ministério da Administração Interna para instalação do posto da GNR, receberam um Caderno de Encargos com as obras que a Câmara teria de realizar. -----

-----Por fim, disse que iria dizer algo que achava que o Deputado Vítor Antunes queria ter dito mas não finalizou, que era uma boa oportunidade, também para o PS nesta fase, influenciar o Governo e depois dizer que também teve uma quota-parte de maternidade na resolução dos problemas relativamente à questão da segurança no Concelho de Sesimbra. -----

-----Interveio em seguida a **Presidente da AMS**, que disse que antes de ceder o uso da palavra ao Vereador Francisco Luís, gostaria de esclarecer a todos os presentes que, ao abrigo do Regimento da AMS, o Presidente da CMS tinha 10 minutos disponíveis para a sua intervenção inicial, que não utilizou, e mais 50 minutos para responder proporcionalmente a cada 10 minutos atribuídos às Bancadas. Ao todo, o Presidente havia usado cerca de 1 hora, e solicitou aos Vereadores respostas sucintas. -----

Ata nº 20 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Cedeu em seguida o uso da palavra ao **Vereador Francisco Luís** que começou por cumprimentar todos os presentes e dizer que relativamente à questão colocada pelo Deputado Rui Rodrigues referente ao Exercício Cascade, ainda não tinham o relatório oficial da Entidade Europeia que havia coordenado o exercício, que estaria a elaborar o relatório para enviar posteriormente. -----

-----Tinha o relatório elaborado pela Proteção Civil que tinha a fita do tempo do exercício e iria entregar à Mesa para que pudesse distribuir. -----

-----Relativamente à questão do Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP), disse que importava clarificar como o mesmo funcionava. Acrescentou que o exercício correu bem mas em alguns aspetos correu mal, e foi possível identificar uma série de questões que só o exercício podia clarificar.-----

-----As comunicações foram uma das questões em que perceberam que teriam de fazer algumas alterações. -----

-----Continuou dizendo que o SIRESP funcionava da seguinte forma: Cada entidade detentora do Sistema SIRESP tinha um canal onde internamente comunicavam entre eles. Os Bombeiros tinham um canal, a GNR tinha outro e todas as outras entidades tinham o seu canal dedicado à comunicação interna.

-----Na situação de um acidente grave ou catástrofe, era dedicado um canal para os responsáveis de cada uma das entidades poderem comunicar entre si, normalmente era o canal 11. -----

-----No caso da Câmara, era distribuído um rádio SIRESP ao Presidente, ao Vereador ou ao Comandante Operacional, aos Bombeiros, à GNR, à Autoridade Marítima e a todas as outras entidades, e era através desse canal que os responsáveis máximos das entidades comunicavam.-----

-----Deu o exemplo de que na função da Torre de Vigia da Azóia com a Rede Nacional de Postos de Vigia que era controlado pela GNR e usava o Sistema SIRESP, teriam um rádio SIRESP disponibilizado pela GNR para poderem comunicar com todas as outras torres de vigia em caso de necessidade de articular alguma informação. -----

-----Em outras circunstâncias, seria atribuído um rádio SIRESP à CM por parte do Comando Distrital de Operações de Socorro, que permitiria em caso de um acidente grave ou catástrofe, comunicar com toda as entidades. -----

-----No caso concreto da Ribeira do Cavalo, o SIRESP não funcionava, havia funcionado mas com muitas falhas. O Comandante Operacional do Exercício, Luís Fragata, que era o Comandante de Porto, nos primeiros momentos do exercício havia detetado que o SIRESP não estava a funcionar nem a 100% nem a 50%, só funcionava a espaços muito curtos, o que não era solução para comunicarem durante aquele

Ata nº 20 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

exercício. -----

-----A Autoridade Marítima decidiu então Instalar um relé, ou seja, um transmissor ao largo, que permitia que da praia se transmitisse para esse sistema que estava a bordo de um barco da marinha, e a partir daí comunicar-se com a terra. -----

-----Concluiu-se que essa seria a solução para quando houvesse a necessidade de uma intervenção naquela praia.-----

-----Disse que haviam sido identificadas outras falhas de pormenor que iriam ser identificadas no relatório mas que não tinham a ver exatamente com as comunicações, tinham a ver com alguns elementos de algumas entidades que não haviam encarado o exercício com o realismo que o mesmo deveria de ser feito e trabalhado. Essa era uma questão que também iriam ter de aprofundar no futuro.

-----Em seguida entregou o relatório interno da Proteção Civil à Mesa para que procedesse à sua distribuição e disse que quando chegasse o relatório oficial, seria também distribuído.-----

-----Acrescentou que haviam sido visitados da parte da tarde por uma Delegação Internacional e pela Diretora Regional da Segurança Social, que tinha sido uma das áreas que apostou fortemente nesse exercício com vários técnicos a trabalhar no terreno, para avaliar o decorrer do exercício, e a apreciação que fizeram, ainda sem relatório oficial, foi que as coisas correram bem pelo facto de terem sido identificadas questões que teriam de corrigir futuramente.-----

----- Relativamente à questão colocada pelo Deputado Miguel Ribeiro sobre o Plano de Combate a Fogos Vorazes, disse que não sabia qual era a situação dos planos a nível distrital, sabia ao nível do Concelho de Sesimbra e um pouco ao nível dos Concelhos de Setúbal e Palmela através do Gabinete Interno Municipal. -----

-----O que poderia dizer em relação aos planos era que tinham boas notícias, já que ontem, dia 4, havia sido finalmente aprovado, passado um ano e pouco, pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, o Plano de Emergência e Proteção Civil.-----

-----Essa comunicação foi transmitida, oficiosamente, pelo Comandante Nacional de Emergência e Proteção Civil, e iriam receber o ofício a confirmar essa informação, portanto, tinham Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil em vigor desde o dia 4. -----

-----Também o Plano Operacional Municipal (POM) já estava em vigor e com os dados atualizados.--

-----No que dizia respeito ao Plano de Defesa da Floresta Contra Incêndios, disse que ainda faltava de facto o parecer do ICNF, contudo, anteciparam-se um pouco àquilo que seria expectável e para além de terem um plano em vigor, que carecia de aprovação por parte do ICNF, haviam constituído um

Ata nº 20 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

regimento, aprovado, também ontem, dia 4.-----

-----Disse que não conhecia nenhuma comissão municipal que tivesse um regimento que clarificasse especificamente as competências da comissão, o que era suposto fazer por cada entidade que compunha a comissão e também, com as alterações que haviam sido feitas ao art.º 16 que regulava as questões urbanísticas e tudo o que tinha de ser feito em termos do plano para acautelar a defesa do território nessa área.-----

-----Disse ainda que, nessa comissão e por causa do art.º 16, a comissão era acrescida de mais 3 entidades, nomeadamente, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento de Lisboa e Vale do Tejo, a Direção Regional de Agricultura e Pescas e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

-----Referiu que iriam ter esperar que fosse tudo aprovado pelo ICNF para que pudessem realmente começar a apreciar os processos com base no regulamento e nas normas aprovadas. -----

-----Concluiu dizendo que, uma vez que o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde havia presenciado a reunião, se quisesse poderia acrescentar alguma coisa ao que havia referido.-----

-----De seguida, a **Presidente da AMS** solicitou que fosse endereçado à AMS o relatório do exercício referido em formato digital para que fosse mais fácil dar conhecimento a todos os deputados, bem como o relatório final, uma vez que também tinham tido uma reunião de apreciação do Plano de Emergência e Proteção Civil com todas as comissões, era importante ter conhecimento do documento que haviam apreciado na presença do Vereador e com os esclarecimentos prestados pelos serviços técnicos. -----

-----Disse que a AMS iria fazer a diligência no sentido de solicitar os relatórios e agradeceu o contributo e esclarecimento do Vereador Francisco Luís. -----

----- Logo após, cedeu o uso da palavra ao **Vereador Sérgio Marcelino** que começou por cumprimentar todos os presentes e dizer que o Presidente da CMS já havia referido a Estrada Nacional 377 entre Alfarim e Caixas e a intervenção da requalificação urbana que tinha como objetivo criar passeios e circulações pedonais, e o que se verificava sempre que a CM criava passeios era que os mesmos passavam a ser utilizados como locais de estacionamento privilegiado, utilizando uma parte do passeio, colocando as rodas das viaturas em cima e inviabilizando qualquer tipo de circulação pedonal fosse ela de mobilidade reduzida ou não. -----

-----Acrescentou que nas intervenções que faziam nas vias municipais, dentro e fora do espaço urbano, colocavam pinos ou outros elementos que impedissem o estacionamento abusivo em cima dos passeios. Neste caso, tratando-se de uma estrada nacional que tinha uma legislação muito apertada relativamente ao tipo de materiais, não podiam usar as passadeiras que utilizavam nos espaços urbanos,

Ata nº 20 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

que facilitavam a sua manutenção, em vez da pintura anual que faziam que, com a passagem das viaturas, acabava por desaparecer.-----

-----Disse que estavam a tentar, junto das Infraestruturas de Portugal, que os pinos fossem substituídos por um elemento diferente que existia chamado guarda-corpos. Os guarda-corpos eram elementos metálicos que tinham uma característica que impedia que as viaturas estacionassem naquele local e também garantia segurança a quem estivesse no passeio, na proximidade da circulação rodoviária.

-----Na Estrada Nacional 377, no percurso Alfarim-Caixas, o objetivo com que havia sido feito o investimento não estava a ser cumprido por desrespeito total do passeio. A legislação dizia que não era permitido estacionar em cima dos passeios, mas verificavam que de facto os utentes das viaturas particulares não respeitavam. -----

-----Relativamente à questão colocada pelo Deputado Faustino Marques, disse que todos tinham conhecimento que a AUGI do Pinhal do General ainda não tinha sido entregue à CM, ou seja, as obras de urbanização da AUGI ainda não estavam concluídas. A gestão e todo o tipo de obras que deveriam de estar a ser feitas pela AUGI até à conclusão da urbanização, eram da responsabilidade da própria AUGI.-

-----Apesar disso, e considerando a realidade da necessidade de dar resposta aos munícipes, a CM tinha vindo a substituir-se à AUGI. Nesse caso em concreto, tratava-se de uma via de um beco sem saída que estava no plano, e a ideia inicial era criar nessa rua alguma calma à população que residia na zona, sem a circulação de viaturas.-----

-----O que acontecia era que esse beco fazia ligação a uma calçada que, por sua vez, fazia ligação a uma rua que interligava a Avenida da Liberdade à Rua Cidade de Setúbal, ou seja, uma escapatória em termos de mobilidade ou para passar rapidamente de um determinado local para outro.-----

-----Disse que o Serviço de Urbanismo da CM estava a realizar um estudo para essas passagens pedonais, pois acabava por ser uma passagem pedonal. -----

-----Acrescentou que haviam cerca de 30 ou 40 passagens pedonais, não sabiam ao certo porque o próprio plano e a dinâmica do estudo realizado pela AUGI não estava bem claro porque umas eram passagens pedonais e outras eram mistas pedonais e também viárias. -----

-----Disse que passaria depois a informação à Vice-Presidente da CMS que tinha o pelouro do Ordenamento do Território e Urbanismo para verem a situação, pois a situação até era fácil de resolver, mas se calhar não era de acordo com aquilo que os munícipes queriam. -----

-----No que dizia respeito à ponte sobre o Rio Coina, disse que estava a ser dinamizado um projeto realizado pelos serviços técnicos da CM de Setúbal, que já tinha sido apresentado à Divisão de Obras

Ata nº 20 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Municipais da Câmara Municipal de Sesimbra, e já tinha sido analisado e emitidos os respetivos pareceres.-----

-----Iria ser uma obra conjunta que permitiria o alargamento e o seguimento daquilo que já existia, que era circulação pedonal, as vias cicláveis, e também o alargamento da faixa pedonal, de forma a permitir contemplar aquilo que a CM de Setúbal e a CM de Sesimbra estavam a fazer, quer as várzeas, quer o Parque da Ribeira. Era uma zona em que as pessoas podiam estar ali sentadas a olhar para aquilo que existia do Rio Coina.-----

-----Tomou em seguida o uso da palavra o **Vereador José Polido**, que após cumprimentar todos os presentes disse que gostaria de começar por responder ao Deputado João Rodrigues relativamente à sua presença no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) sobre a questão das perdas de água.-----

-----Referiu que de facto tinham essa problemática das perdas de água, desde a gestão à produção, e foi com os técnicos da autarquia ao LNEC para saber quais eram as melhores práticas e também as dificuldades que todos os colegas tinham a nível nacional.-----

-----Disse que ficou a saber, pelo facto de também terem algumas perdas, que os outros não estavam assim tão melhores que Sesimbra, apesar de terem outro tipo de tecnologia e outro tipo de meios que Sesimbra não tinha.-----

-----Acrescentou que por um lado ficou satisfeito, não estando contente, porque todos tinham as mesmas dificuldades, nomeadamente, falta de meios, condutas antigas e falta de investimento.-----

-----Disse que assim que houve fundos comunitários, como foi o caso do investimento de 1,8 milhões de euros referidos pelo Presidente, colocaram-se na linha da frente e fizeram uma candidatura exatamente para implantar boosters, para a substituição de condutas, para a telegestão e para uma série de situações que podem e devem de ajudar a CM na sua redução de perdas.-----

----- Se não houvesse um grande investimento nas condutas, que era esse o grande problema, não iriam ter, de certeza absoluta, nenhuma redução de perdas.-----

----- Referiu que morava na Aldeia do Meco e, para ter água, ela percorria uma conduta com cerca de 30 quilómetros até chegar à sua torneira. Era suscetível, nesse percurso todo, de haver as chamadas perdas aparentes, já para não falar nas fugas, e portanto, havia de facto esse problema no Concelho.----

-----Haviam outros Concelhos que, felizmente para eles, captavam água numa aldeia, numa vila ou numa cidade e tinham o problema resolvido.-----

-----Tinham de captar a nossa água, ou grande parte dela, para abastecer desde as Freguesias do Castelo e Santiago até a Norte da Lagoa de Albufeira. Alguma da água vinha das Fontainhas, exatamente

Ata nº 20 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

pela questão energética que conseguiram gerir para baixar os custos e fazer a gestão noturna do enchimento dos reservatórios para pouparem também no valor da energia, que era mais barato à noite.

-----Relativamente à questão do Festival Super Bock Super Rock, a Amarsul e a Sociedade Ponto Verde, disse que esteve de facto presente numa reunião e já tinham havido pelo menos duas reuniões sobre essa problemática que tinha a ver exatamente com a questão de a Sociedade Ponto Verde ser a Sociedade indicada pelo promotor, Música no Coração, e a Amarsul ser a entidade que tinha a exclusividade da recolha seletiva no Distrito de Setúbal dada pelo Governo Português.-----

-----A CM só podia fazer a recolha dos indiferenciados, e o que queriam era que o festival corresse bem, que houvesse uma sensibilização ambiental, verificar se os pontos de recolha eram suficientes e saber quem iria fazer o quê.-----

-----No que dizia respeito à recolha de resíduos no Parque Augusto Pólvora disse que corroborava com o que o Presidente tinha dito e gostaria de saber quem fez essas afirmações. Se estavam lá os sacos para a reciclagem era para ser para a reciclagem e não para colocar num indiferenciado. Se faziam isso faziam mal.-----

-----Acrescentou que acreditava que alguém pudesse ter dito isso, mas não acreditava que alguém estivesse a fazer isso, no entanto, iria tentar saber se isso de facto estava a acontecer. -----

-----Informou em seguida que a CMS havia reforçado os seus meios com um carro grua na zona da Lagoa de Albufeira, para além daquilo que já tinham, e estavam no momento com um reforço de 3 turnos, ou seja, estavam com a sua força máxima.-----

----- Para além de terem reforçado a Zona da lagoa com um carro grua, também tinham reforçado a Quinta do Conde com uma carrinha de caixa aberta com 1 motorista e 2 operadores para recolha dos monos, que era outro problema que tinham. -----

-----Reforçaram também a limpeza na zona do Meco, Alfarim e Lagoa de Albufeira, com a prestação de serviços de uma entidade externa, e já estavam a fazer a limpeza das praias. -----

-----Contrataram ainda um serviço para a lavagem dos moloques da marginal de Sesimbra, 2 vezes por semana, e compraram 2 moloques novos para substituir. Mas, como já havia sido dito, se não houvesse alguma repressão juntamente com a sensibilização, não se conseguiria chegar a lugar nenhum, e provavelmente as pessoas que mais reclamavam eram as que mais poluíam. -----

-----Nos moloques, especificamente, era mais a restauração, não todas as pessoas, mas muitas tinham o peixe ao sol com gelo, pegavam no gelo para colocar no contentor e todo o cheiro do peixe ia lá para dentro. Se, em nossa casa fizéssemos o mesmo e colocássemos o balde ao sol, passado um pouco

Ata nº 20 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

seria um cheiro que não se podia. Portanto, as próprias pessoas tinham de ter essa sensibilidade.-----

----- Disse que quem colocava o cartão, o plástico e o vidro ao lado do contentor eram os comerciantes, e na maior parte das vezes os contentores estavam vazios, bastava apenas dobrar as caixas grandes em vez de rasgar.-----

-----Existia uma grande falta de civismo por parte de alguns operadores, mas de facto, todos tinham vindo a fazer um grande esforço, e o fruto obtido, para já, era exatamente ter sido atribuído um galardão de praia poluição zero à Praia do Moinho de Baixo. Isso era fruto do trabalho que estava a ser efetuado no concelho e era muito gratificante.-----

-----Disse que nos dados da entidade que geria a questão da reciclagem, de 2017 para 2018, Sesimbra foi o município que mais subiu a nível da recolha, em todas as vertentes, quer no porta a porta, quer nos contentores.-----

-----Subiu 18,6%, passando de 25,7 para 30,5 quilos por habitante, e como todos sabiam, o Estado Português havia assinado o acordo PERSU 2020+ que previa uma meta de 45 quilos por habitante em Portugal, e segundo as projeções da Amarsul, o único município que iria atingir esses valores seria precisamente o Município de Sesimbra.-----

-----Iriam atingir, no final de 2019, 44,2 quilos por habitante, acima dos municípios de Almada que teria 42,8 quilos por habitante, Alcochete teria 42,8, Seixal teria 39,4, Barreiro teria 36,1, Setúbal teria 34,2, Palmela teria 34,1, Montijo teria 30,8 e por fim, a Moita, que teria 27,3 quilos por habitante.-----

-----Disse que os dados eram da Amarsul e se quisessem poderia facultá-los.-----

-----Por fim, disse que o Presidente havia falado, e bem, nas operações que a CMS tinha de fazer se quisesse ter alguns investimentos, substituindo-se ao Estado Português. Não se cansava de frisar o que já tinha dito várias vezes, que com os projetos da escola, do tribunal e do centro de saúde, a CMS iria depender do seu orçamento, para além da cedência dos terrenos, cerca de 2 milhões de euros.-----

-----Solicitou o uso da palavra o **Presidente da CMS** que, respondendo à questão colocada pelo Deputado Lobo da Silva sobre o reagendamento do concerto da Artista Joana Amendoeira, disse que conseguiu confirmar que estava previsto o regresso da artista na animação de verão da Quinta do Conde, no dia 27 de setembro.-----

-----De seguida, a **Presidente da AMS** informou que, já estando todas as questões esclarecidas, iria em seguida ceder o uso da palavra ao Deputado Pedro Mesquita, uma vez que não tinha tido ainda a oportunidade de intervir.-----

-----Tomando o uso da palavra, o **Deputado Pedro Mesquita** disse que a sua intervenção iria ser no

Ata nº 20 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

sentido da abordagem do GM da CDU, nomeadamente pelo Deputado Rui Rodrigues, que havia mencionado o seu nome.-----

-----Referiu que não tinha compreendido muito bem a abordagem e que inicialmente desconhecia o documento a que se referiam, mas, depois de verificar, conclui que se tratava de um *post* de uma intervenção de uma munícipe e não do PS, o que o deixou mais descansado.-----

-----Disse que não se tratava de um documento oficial e quanto a isso não iria fazer mais comentários, mas também, para responder à questão e à matéria, acrescentou que o PS tinha feito parte da Comissão 3 e colaborado de perto com toda a equipa, inclusivamente com o coordenador da comissão, no mandato anterior, e recordava-se de ter participado em algumas dessas reuniões presenciando que tinham sempre colaborado da melhor forma possível, dentro do que era o trabalho de toda a equipa.-----

-----Por outro lado, era evidente que não eram obrigados a partilhar das mesmas opiniões, e era perfeitamente normal.-----

-----Recordou que o PS tinha uma grande marca em termos de obra edificada na Quinta do Conde e isso ficaria para a história, nomeadamente, a construção de escolas. Toda a gente tinha conhecimento disso, da parte da educação sabiam perfeitamente que o mandato do PS edificou algumas escolas na Quinta do Conde. Se calhar não tantas quanto pretendia ou quanto gostaria mas foram aquelas que foram possíveis.-----

-----Recordou também que o PS sempre havia sido favorável à construção da escola secundária, contudo, e já tinha sido ali referido inclusivamente pelo Presidente, que tinha sido colocada em cima da mesa a possibilidade do alargamento da atual escola secundária, e ao que parecia, era a solução mais viável no imediato.-----

-----Era importante que se referisse e que ficasse registado nas notas da CDU, para o futuro, a falta de vontade ou a oposição de outras câmaras Municipais da CDU relativamente à construção da escola. Provavelmente a CDU teria de lhes perguntar o porquê de se oporem tanto à construção da escola secundária na Quinta do Conde, mas sabiam bem a resposta.-----

-----Conclui dizendo que o PS não estava nem nunca tinha estado contra a construção da escola, já da CDU de Palmela e de Setúbal, se calhar, não se podia dizer o mesmo.-----

-----De seguida, a **Presidente da AMS** disse que, no registo das questões colocadas pelas bancadas e respondidas pelo Presidente e pelos Vereadores, muitos dos GM já tinham esgotado os seus tempos previstos em termos do Regimento e perguntou se as questões estavam todas esclarecidas ou se havia mais alguma dúvida.-----

Ata nº 20 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Não havendo mais intervenções, a **Presidente da AM** suspendeu os trabalhos por cinco minutos.

-----Retomados os trabalhos, a **Presidente da AM** deu continuidade ao Período da Ordem do Dia com o 6º ponto da ordem de trabalhos: “**Pacto de Autarcas para o Clima e Energia – Adesão do Município**”, e disse que este ponto, como havia sido acordado na última reunião, tratava-se de uma matéria que dizia respeito à adesão de Sesimbra ao Pacto de Autarcas Para o Clima e a Energia. -----

-----A proposta era apresentada pela CM e dizia respeito, de forma concreta, a duas solicitações da parte da AM. A primeira era a deliberação sobre a adesão do Município à estrutura de pacto de autarcas, e a segunda era a indicação do Presidente da CM, que deveria fazer formalmente parte do conjunto de autarcas a nível nacional e internacional.-----

-----Logo após, solicitou o uso da palavra o **Deputado João Rodrigues** que disse que no documento que lhes foi fornecido estava referido que em 2011 havia sido celebrado o protocolo de cooperação com a Agência de Energia e Ambiente da Arrábida, e agora, no âmbito da adesão ao pacto de autarcas, estava previsto a elaboração de um inventário de referência das emissões, uma avaliação dos riscos e da vulnerabilidade às alterações climáticas e a apresentação do plano de ação para a Energia Sustentável e Clima.-- -----

-----Perguntou qual era a previsão desses estudos e dessas análises face à adesão do pacto. -----

-----Tomou o uso da palavra a **Deputada Luísa Carvalho**, que após cumprimentar todos os presentes perguntou se a missão do pacto estava dentro daquilo que era a missão da Agência de Energia e Ambiente da Arrábida (ENA) e se estava relacionado mais com as questões da energia e do ambiente, ou se tinha, face à sua denominação, uma missão mais alargada. -----

-----Disse ainda que, no âmbito dessas preocupações legítimas, e como já tinha sido ali referido as preocupações com o Festival Super Bock Super Rock e a economia verde, se também estava previsto a CM adotar algum “selo verde” na organização dos seus eventos, como por exemplo, o carnaval e outras iniciativas que tinham impacto negativo em termos ambientais, com a produção de plástico, lixo, entre outros recicláveis.-----

-----Foi cedido o uso da palavra ao **Deputado Rui Rodrigues** que disse que o GM da CDU congratulava a adesão do Município de Sesimbra ao Pacto de Autarcas, porque as alterações climáticas e os problemas ecológicos ambientais eram bem reconhecidos por todos. -----

-----Haviam algumas questões que o Pacto dos Autarcas incluía, como a apresentação do Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima, a avaliação dos riscos e da vulnerabilidade às alterações climáticas no prazo de dois anos. Não sabia se esse trabalho já estava em curso, mas de qualquer

Ata nº 20 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

maneira, ao assumir esse compromisso, a própria CMS assumia que tinha um compromisso de apoiar a implantação da meta de 40% de redução dos gases com efeito de estufa até ao ano de 2030.-----

-----Face às alterações climáticas, este era um passo que a CMS dava há semelhança de outros municípios do Distrito de Setúbal, e por esse motivo, a CDU congratulava.-----

-----Tomou o uso da palavra o **Deputado Paulo Caetano** que disse que o GM do PS considerava muito positiva a iniciativa de adesão ao pacto de autarcas, mas, simultaneamente, reconhecia que havia um conjunto de objetivos extremamente ambiciosos que faziam com que o município que aderisse ao pacto se comprometesse efetivamente com uma série de objetivos.-----

-----O pacto iria vincular o município a um conjunto de iniciativas e ações, começando pelos estudos, mas depois implementar verdadeiramente no terreno um conjunto de princípios de sustentabilidade, entre outros.-----

-----Queriam assinalar de uma forma vincada que a adesão ao pacto não era uma mera assinatura de um documento, mas sim o assumir de compromissos ambiciosos, cruciais e que teriam de ter ações concretas no terreno perante esses objetivos.-----

-----Tomou o uso da palavra o **Presidente da CMS** que disse que não iria responder a cada questão individualmente, mas sim dar uma resposta mais geral.-----

-----Disse que neste momento estavam a discutir a adesão a um pacto, que conforme havia sido referido, se tratava de um conjunto de compromissos que o Município de Sesimbra, do ponto de vista do que fosse a eficiência, não só energética mas sobretudo a diminuição das emissões de Co2 no município e obviamente grandes compromissos ao nível da sustentabilidade.-----

-----A ENA iria ser o parceiro privilegiado. Os estudos em Palmela e Setúbal já tinham iniciado e iniciariam em Sesimbra com a formalização da adesão.-----

-----Iria ser trabalhado em conjunto com Setúbal e Palmela, a exemplo daquilo que estavam a fazer no quadro do Território Arrábida, e de facto, em Setúbal já existia através dessa parceria, a figura do “selo verde” para alguns projetos, mas era uma operação local que foi definida com os critérios que vinham no plano de ação, e era expectável que Sesimbra acompanhasse também essa medida.-----

-----O que a CMS tinha neste momento era a proposta de adesão, e já havia criado também um grupo de trabalho interno para trabalhar transversalmente aos serviços municipais.-----

-----Não se podiam esquecer que estavam também simultaneamente a trabalhar no âmbito do plano de adaptação às alterações climáticas da Área Metropolitana de Lisboa, e portanto, tudo isso surgia como uma das prioridades a nível do trabalho e que se iria refletir com certeza naquilo que eram as suas

Ata nº 20 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

medidas e os seus instrumentos de gestão do município, onde defenderiam, como sempre, que todas as intervenções imobiliárias pudessem ser os mais sustentáveis possíveis e associadas a selos também reconhecidos. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Assembleia Municipal **deliberou, por unanimidade, sob proposta da Câmara Municipal:** -----

----- Aprovar a adesão do Município ao Pacto de Autarcas para o Clima e Energia, nos termos e para efeitos do teor do Anexo I da proposta; -----

----- Mandatar o Presidente da Câmara Municipal para a subscrição para o Pacto de Autarcas para o Clima e Energia, nos termos do Anexo II da proposta.-----

-----Em seguida, a **Presidente da AM** deu continuidade ao Período da Ordem do Dia com o ponto 7º da ordem de trabalhos: **“Associação de Turismo de Lisboa – Adesão do Município – Estatutos – Aceitação”**, e disse que se tratava de uma matéria que já tinha sido trabalhada, informada, questionada e esclarecida na AM e nas reuniões de comissão.-----

-----Tratava-se de uma deliberação no sentido da adesão do município à Associação de Turismo de Lisboa (ATL), e por sua vez, também o pagamento mensal de 504 euros. -----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado João Valente** que após cumprimentar todos os presentes disse que a Bancada da CDU considerava que a adesão do Município de Sesimbra à Associação de Turismo de Lisboa ia de encontro àquilo que tinham vindo a dizer insistentemente nas sessões da AM, que Sesimbra não podia ficar isolada da região. -----

-----Aqui estava uma prova de que realmente defendiam áreas de intervenção da promoção da região como local de realização de congressos, de feiras, entre outros. E aqui estava finalmente a elaboração, a análise e a divulgação de estudos de interesse para o setor da região. -----

-----Por esses motivos, a Bancada da CDU iria votar favoravelmente ao documento. -----

-----Interveio a **Deputada Luísa Carvalho** que disse que o PS considerava que naturalmente as regiões não podiam viver isoladamente e tinham de cooperar, no entanto, queriam deixar algumas questões no que dizia respeito à forma como era feita essa cooperação. -----

-----Se lessem o documento com atenção verificavam que havia uma liderança muito forte da Cidade de Lisboa. Perguntou em que medida é que essa liderança podia beneficiar ou prejudicar Sesimbra e que resultados e expectativas, em termos numéricos, é que Sesimbra esperava com essa parceria. -----

-----Perguntou também se haviam ameaças e quais eram as ações que iriam ser lavadas a cabo para responder às potenciais ameaças. -----

Ata nº 20 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Relativamente à marca e ao território, disse que hoje tinha apanhado um comboio da Fertagus onde a publicidade de todo o comboio era a marca Setúbal da qual inclusive tirou fotografias. Portanto, deduzia que a estratégia ainda não estava a funcionar porque não se promovia o Território Arrábida, cada um estava a promover isoladamente. -----

-----Relativamente à parte do documento que dizia respeito às lojas, marcas e produtos portugueses com características distintivas, referiu que o GM do PS havia apresentado uma proposta também nesse sentido e perguntou o que é que Sesimbra estava a fazer e quais eram as medidas que estavam a ser tomadas no sentido de aproveitar essa oportunidade. -----

-----Disse que tinha de se olhar para o documento também com uma visão crítica, e isso não era estar a criticar o Executivo, era estar a dar um contributo, porque era com essa missão que estavam ali e não para criticar. Quando se fazia bem, fazia-se bem, mas quando era preciso dar contributos também se dava, e era por isso que era importante haver oposições. -----

-----Perguntou em seguida o que é que estava a ser feito no sentido de Sesimbra ser distinguida nesse conjunto, porque o documento estava fortemente alicerçado a Lisboa. -----

-----Referiu que tinha visto em Lisboa, um autocarro de excursões turísticas que vendia excursões para várias zonas ali perto. Também vendia para a Arrábida com o percurso de visita ao Mercado de Setúbal, almoço em Setúbal, a realização de uma prova em Azeitão e depois uma visita às praias de Sesimbra. -----

-----Perguntou se era esse tipo de estratégia que estava a ser desenvolvido e se era esse tipo de turismo que queriam, um turismo pontual que não se sabia se ia dar muito rendimento ou pouco, mas provavelmente pouco, pelo menos se fosse com aquela temática. -----

-----Perguntou também o que é que Sesimbra pretendia fazer no sentido de aproveitar de facto as energias que Lisboa podia trazer. -----

-----Tomou o uso da palavra o **Deputado Paulo Caetano** que disse que quando leu os estatutos parecia que estava a ler um documento do século passado, mas não, era de junho de 2014, e isso era na sequência daquilo que tinham acabado de aprovar naquela AM, o Pacto de Autarcas. -----

-----Acrescentou que, ou continuavam a olhar para as coisas como se estivessem no século passado ou começavam a olhar para as coisas como se estivessem no século atual, com a consciência que tinham sobre tudo o que os afetava coletivamente, independentemente do lado da sala em que se encontravam. -----

-----A nível pessoal, isso havia-lhe causado má impressão, por outro lado, também lhes pareceu que a Associação aglomerava um conjunto de entidades interessadas que eram acima de tudo as diretamente

Ata nº 20 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

relacionadas com o negócio de turismo. -----

-----Claro que a fundação da Associação era encabeçada pela CM de Lisboa, mas não nos podíamos comparar ao Município ou à Cidade de Lisboa, havia um outro contexto aqui, que associava uma série de entidades que colocavam diversos escalões para quotizações, mas eram essencialmente os interessados diretamente no negócio. -----

-----Perguntou em que medida é que o Município de Sesimbra pensava que pertencer à Associação de Turismo de Lisboa podia ser uma mais-valia, a não ser meramente na promoção e divulgação, porque se fosse só isso parecia pouco. -----

-----Disse que a questão da estratégia continuava por esclarecer, porque na verdade, se o plano estratégico de turismo de há uma década estava basicamente “morto” e ninguém utilizava, o Executivo, incluindo o Presidente, tinha noções estratégicas sobre o que era o turismo para Sesimbra. -----

-----Referiu que fazia agora um ano que havia lido com particular interesse uma entrevista dada pelo Presidente à Revista da Região de Turismo de Lisboa e não tinha nada a apontar, concordava na generalidade com a entrevista e achava que era positiva do ponto de vista do que era a visão do município de Sesimbra e do seu atual Presidente para o turismo no município. -----

-----Mas, havia uma coisa absolutamente evidente, por de trás havia uma estratégia, aquilo não era apenas navegação à vista. -----

-----Questionou quais os objetivos de pertencer à Associação de Turismo de Lisboa e o que é que a CM estava a pensar. -----

-----Era exigido um esforço financeiro de cerca de 6 mil euros por ano, tudo bem que com as verbas indicadas, 6 mil euros não era nada, e justificariam certamente se houvessem mais-valias para o município, mas gostaria de saber como é que a CM se ia preparar e qual seria a estratégia. -----

-----Disse que a CM, aparentemente, tinha uma estratégia, mas depois diziam que não porque a estratégia era regional, mas a visão local é que poderia interferir e jogar com a estratégia regional. -----

-----Referindo novamente a entrevista do Presidente à Revista da Região de Turismo de Lisboa, disse que havia uma questão curiosa que tinha sido colocada, nomeadamente, como este gostaria de olhar para o Concelho no final do mandato ou no mandato seguinte em termos do impacto do turismo na economia local, ao que o Presidente CMS respondeu com a identificação de 2 elementos chave, nomeadamente, a questão do Cabo-Espichel e a questão dos eventos, elencando 4 eventos de promoção turística para a região, nos quais não incluía o Festival Super Bock Super Rock. -----

-----Claro que esse festival não era da responsabilidade do município, mas perguntou se havia uma

Ata nº 20 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

estratégia para que esse mega evento fosse incorporado como elemento de marca turística de Sesimbra. -----Concluiu dizendo que votariam a favor em pertencer à Associação porque viam vantagens e identificavam-se com a preocupação da Bancada da CDU, mas achavam que deviam ter, para já, uma visão moderna e saber exatamente o que queriam, e para que isso pudesse acontecer, tinham de ter uma estratégia, que aparentemente havia mas não conseguiam perceber o porquê de não estar ainda concretizada. -----

-----Foi cedido o uso da palavra ao **Presidente da CMS** que começou por dizer que era preciso perceber se os deputados estavam a discutir a estratégia de turismo ou se estavam a discutir a adesão à Associação de Turismo de Lisboa (ATL) e se sabiam bem o que era.-----

-----Explicou que a Associação de Turismo de Lisboa era uma Associação de direito privado que tinha associados privados e públicos, ou seja, qualquer loja, restaurante ou hotel de Sesimbra poderia ser associado à ATL. Muitos deles já eram associados, incluindo muitas empresas de animação turística, e não tinham nada a ver com a CMS, a CMS era um associado como outro qualquer.-----

-----As alterações que levaram o Município de Sesimbra a propor a adesão à ATL foram, a alteração de estatutos da Entidade Regional de Turismo (ERT) que ocorreu no final de 2018 e consequentemente uma alteração também daquilo que era a área de abrangência por via dessa alteração dos estatutos da Entidade Regional de Turismo de Lisboa, que levou a que a ATL passasse a ter toda a abrangência, delegada pelo Governo, de promoção turística da Região de Lisboa. -----

-----Até dezembro de 2018 a promoção da Península de Setúbal pertencia à ERTL, da qual o próprio fazia parte, como membro da Comissão Executiva.-----

-----Passando a ATL a ter delegado a promoção turística da Região de Lisboa, por parte do Governo com valores superiores a 10 milhões de euros, e por parte da ATL e por via de alteração dos seus estatutos, mais 4 ou 5 milhões de euros, que eram um financiamento da própria para a promoção de toda a Região de Lisboa num quadro daquilo que era a visão do atual Governo. -----

----- Acrescentou que havia também a Entidade Regional de Turismo do Algarve e a Associação de Turismo do Algarve, e quem tinha a competência da promoção turística daquele território era a Associação e não a Entidade Regional. -----

-----Disse que, o Município de Sesimbra, e admitia que o de Setúbal e Palmela também, mas estaria na esfera de autonomia de cada um deles, sendo 3 municípios, o de Sesimbra particularmente, que do ponto de vista da economia o turismo tinha um papel preponderante, não fazia sentido que, sendo a ATL a responsável pela verba delegada pelo Governo para a promoção turística de toda a região de Lisboa,

Ata nº 20 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

que o Município de Sesimbra não fosse integrado dentro da mesma, até para fazer a pressão necessária para que as verbas também fossem locadas ao mesmo, à Região de Setúbal e até ao Território Arrábida.

-----Disse que se tivessem uma região e uma Associação de turismo especificamente da Península de Setúbal, até seria mais interessante, mas acompanhavam, e neste momento o salto era dado. -----

-----Tudo aquilo que era uma visão estratégica que estava entroncada na Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS), que era a NUTS 2 – Região de Lisboa, desde os transportes, a mobilidade, ordenamento do território, acessibilidades e aquilo que era a proposta do atual Governo em descentralizar a promoção interna do turismo na própria AML.-----

-----Disse à Deputada Luísa Carvalho que por acaso, em Sesimbra, não passava o comboio da Fertagus, mas parava em Setúbal, se calhar se fosse viajar num avião da TAP, na última revista da TAP, um dos grandes anúncios era precisamente do “Yes Sesimbra” e não do Território Arrábida, que foi aquilo que entenderam colocar também no quadro de promoção do território. -----

-----Referiu em seguida que na próxima terça-feira iria ser a primeira apresentação do esboço do que seria o Plano Regional Estratégico de Turismo 2020/2024. O mesmo estava a ser conduzido pela ERT em parceria com a ATL, porque 70% ou 80% do plano era pago pela ATL e o restante era pago pela ERT.-----

-----Disse que se o Deputado Paulo Caetano dissesse, e bem, que a ATL tinha lá uns “galifões”, diria que sim, pois tinha todas as sociedades hoteleiras, as grandes transportadoras e as grandes organizadoras de eventos, que estavam lá para defender os seus próprios interesses e não os do serviço público. -----

-----O turismo não era necessariamente um serviço público, e obviamente que esta articulação tinha de ser feita. -----

-----Referiu que, curiosamente, o Presidente da ATL era o Presidente da CM de Lisboa. -----

-----Disse que tinham um plano estratégico monitorizado criado e previsto para 2015/2019. O que estava definido pelo atual Governo era que as entidades regionais, em parceria com aquilo que eram as agências de promoção turística definidas, que no caso de Sesimbra era a ATL, tinham que promover um plano regional estratégico de turismo de 4 em 4 anos. -----

-----Isto não era apenas uma mera opção daqueles que eram os titulares dos cargos quer de um lado quer do outro, era uma decisão do Governo.-----

-----No quadro da Região de Lisboa havia um entendimento de 18 municípios, até daqueles em que o turismo tinha uma expressão quase pífia, como o Barreiro por exemplo, que não tinha alojamento, mas que todos entendiam que do ponto de vista estratégico era importante os 18 municípios olharem para

Ata nº 20 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

aquilo que era o mosaico de experiências dos territórios, da diferenciação de cada um e daquilo que unia determinado conjunto de territórios nas respetivas centralidades. -----

-----Sesimbra estava a trabalhar para criar também, a exemplo do que existia em Cascais, Setúbal, Albufeira e Óbidos e, porque Sesimbra tinha estas características e uma entidade própria, também uma Associação de Turismo de Sesimbra. Ainda havia de chegar o momento em que chegaria a proposta à AMS e à CMS, com os parceiros privados e os parceiros públicos. -----

-----Nesse sentido, o Parque Natural da Arrábida era fundamental, bem como o ICNF e a APSS, porque o acesso ao plano de água, do ponto de vista do turismo, era fundamental. -----

-----Havia de chegar uma Associação de Turismo pública e privada de associação de direito privado, que teria como competência elaborar um plano de ação, e havia de chegar ainda durante este mandato.

-----Quanto à questão do Festival Super Bock Super Rock, disse que o Município de Sesimbra não escondia, e tinha sido aprovado por unanimidade na CM, que gostaria de trazer novamente o evento do Super Bock Super Rock, ou outro com as mesmas dimensões, para o Território de Sesimbra, pelas mais-valias económicas que representava. -----

-----Estava refletido naquilo que era o acordo que firmaram com a promotora que, tendo em conta o espaço, queriam de certa forma que o evento em questão, também tendo em conta a sua tipologia e sua localização, fosse o mais ecológico possível. -----

-----Disse que há época da entrevista com a Revista da Região de Turismo de Lisboa, não tinham acordo nenhum com o Super Bock Super Rock, e os 4 eventos, neste momento, também já não eram bem aqueles que tinha referido. -----

-----Isso era tratado e discutido com todos os operadores, às vezes não eram todos porque nem todos compareciam, tal como com a candidatura à Estação Náutica, não era uma invenção do Município de Sesimbra. -----

-----Disse que a CMS submeteu a candidatura à Forma Oceano, mas que na sua opinião meramente pessoal, corroborada por um conjunto de operadores privados e algumas entidades públicas que faziam parte da parceria da candidatura, e tendo em conta que estava escrito na candidatura que o objetivo era que a coordenação da Estação Náutica passasse a ser coordenada por uma associação de turismo de Sesimbra, não deviam ter submetido a candidatura nesta altura. A prioridade era a constituição da associação, que estava a ser preparada com todos os operadores públicos e privados envolvidos. -----

-----Acrescentou que em termos de estatutos teria de ir a Tribunal de Contas, onde se previa uma quotização das participações públicas, entidades públicas e entidades privadas, graduadas também num

Ata nº 20 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

modelo muito próximo ao da ATL, e que iria dar a resposta no ponto de vista do que seria, localmente, a visão de uma parceria entre as entidades públicas e privadas a atuar no Território de Sesimbra.-----

-----Por fim, disse que era isso que estava previsto acontecer e esperava que estivesse constituído até ao final do ano. Deveria ser já a Estação Náutica o produto da Associação de Turismo e não uma candidatura prévia.-----

-----Interveio novamente a **Deputada Luísa Carvalho** que disse que gostaria de fazer um esclarecimento do ponto de vista técnico-científico. Explicou que uma coisa era a estratégia, que significava onde que queríamos estar e onde queríamos chegar, outra coisa era a promoção, que se tratava de uma ferramenta da estratégia.-----

-----A promoção muitas vezes era desenvolvida no conjunto com uma marca. Deu o exemplo de uma adegas que tivesse uma estratégia e que iria atuar num determinado segmento do mercado para vender vinho mais barato, se fosse internacionalizar e vender à China, não ia vender sozinha porque não tinha capacidade para chegar à China, portanto iria numa marca Portugal, que era uma marca chapéu. -----

-----A estratégia tratava-se de saber onde queríamos estar, e Sesimbra tinha de saber onde queria estar, porque se não iria para onde os outros a quisessem levar. Era essa a preocupação do PS. -----

-----Tomou novamente o uso da palavra o **Presidente da CMS** que disse que, o que iriam aprovar para a região de Lisboa era um plano estratégico que previa para onde queriam levar a Região de Lisboa, incluindo Sesimbra. Se a Deputada queria dizer que deveriam de chamar de Região de Lisboa e Vale do Tejo ou Região de Lisboa e Península de Setúbal, isso era um problema das NUTS.-----

-----Referiu que o plano havia custado 400 mil euros e o novo iria custar quase 500 mil, com os maiores técnicos que haviam também elaborado planos das cidades europeias mais conhecidas. -----

----- Disse que não colocaria em causa a capacidade Técnico-científica da deputada, mas poderia colocar em causa a sua própria capacidade, uma vez que era da área de psicologia e não sabia se o plano era um plano de promoção ou um plano estratégico.-----

-----Entendia que um plano estratégico era para onde queriam levar a Região de Lisboa, onde Sesimbra estava incluída com a sua diferenciação, no quadro de entendimento daquilo que era o objetivo global com que a promoção era feita a nível regional. -----

-----Disse que o facto de Sesimbra pertencer à ATL, que tinha a promoção no âmbito da estratégia definida, permitia participar, assim como a todos os outros associados, em todas as ações de promoção com a sua marca, coisa que o Município de Sesimbra, não sendo associado, não poderia fazer.-----

----- Mais importante do que fazer promoção ao Território de Sesimbra era vender o seu produto,

Ata nº 20 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

mas a CM não era uma prestadora de produtos turísticos, para que isso acontecesse tinha de ter os operadores.-----

-----O Município de Sesimbra podia, quando fosse associado à ATL, promover o seu território no quadro da ATL, coisa que faria isoladamente, se quisesse, levando às costas o seu “STAND”. -----

-----Disse que no quadro daquilo que eram os canais *online*, o Município de Sesimbra podia realizar, por si, uma *pré-trip* ou *fun trip*, mas, pertencendo à ATL, poderia fazê-lo no quadro a Região de Lisboa, da centralidade do Território Arrábida e pago pela ATL, que era quem tinha a verba para a promoção turística de toda a região. -----

-----Esta era a grande diferença, se concordavam ou não era uma discussão devia de começar lá de cima por parte da estratégia do atual Governo. Havia coisas com as quais não concordava, mas com esta estratégia até estava de acordo. -----

-----Disse que se quisessem dizer que queriam ter um hotel ou um empreendimento turístico em Sesimbra com 18 mil camas, diria que no PDM teriam essa resposta e não num plano estratégico do turismo que estava previsto no Plano Estratégico de Lisboa, inclusivamente no Plano Estratégico Regional. -----

----- Em seguida, a **Presidente da AM** disse que as questões subjacentes a esta adesão poderiam vir a ser presentes numa reunião de trabalho relativamente a essas matérias. -----

-----Não havendo mais intervenções, a Assembleia Municipal **deliberou, por unanimidade, sob proposta da Câmara Municipal:** -----

----- Aprovar a adesão do Município de Sesimbra à Associação de Turismo de Lisboa, bem como a aceitação dos respetivos estatutos, anexo à proposta e; -----

-----Aprovar a despesa no valor de €504,00 mensais para o ano de 2019, com a assunção do encargo a suportar anualmente pelo Município após a adesão.-----

-----A **Presidente da AMS** deu continuidade ao POD, com o ponto n.º 8 da Ordem de Trabalhos: **“Jovens em Movimento... pela Europ@. O cidadão/A cidadã no século XXI. Que competências? - Memória Descritiva do Projeto”**.-----

-----Disse que este ponto poderia parecer algo estranho, na medida em que já tinham tido na Assembleia a aprovação do projeto, contudo, este já estava transformado numa estrutura mais próxima daquilo que poderia vir a ser a candidatura ao programa “Europa para os Cidadãos 2014/2020”.-----

-----Como tinham tido a oportunidade de verificar, havia, *à priori*, um conjunto de municípios com os quais Sesimbra tinha uma geminação e que tinham manifestado entretanto o seu interesse em participar. Não era uma atitude expressa de participação, mas era, pelo menos, uma ação expressa de participar. --

Ata nº 20 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----Fazendo referência à importância do projeto e ao conjunto de iniciativas que a mesma continha, a presença da memória descritiva na sessão, tinha a ver com um passo que, se viesse a confirmar a manifesta vontade de pelo menos 3 municípios da Europa, estariam em condições de apresentar a candidatura que teria de ser submetida até ao dia 2 de setembro.-----

-----Mas, os *timings* do mês de julho e do mês de agosto levavam a crer que fosse necessário dar já alguns passos significativos no que dizia respeito à deliberação da AM, que só o poderia vir a fazer em setembro, já um pouco fora do calendário previsto para a submissão da candidatura.-----

-----Havia desde já uma manifestação expressa de alguns municípios, que colocavam algumas questões, nomeadamente, sobre o que dizia respeito ao financiamento, sobre o qual já tinha tido a oportunidade de dizer que a candidatura tinha o financiamento máximo de 150 mil euros.-----

-----Para que isso fosse possível, teriam de ser listadas um conjunto de despesas previsíveis sobre aquilo que seria, eventualmente, a alimentação, a deslocação, entre outros. No entanto, haviam iniciativas locais, e era importante ter a visão de que se tratava de um projeto que de algum modo pretendia colocar as fases de trabalho da Assembleia Municipal de Jovens na Europa, com as características das atividades do “Eleito por um dia”, do “Deputado por um dia”, das questões que diziam respeito ao fórum dos deputados jovens e das questões da igualdade, da solidariedade.-----

-----Disse que certamente iriam optar por abordar e propor temas, durante os próximos dois anos, sobre matérias como a do Pacto de Autarcas para o Clima e a Energia que haviam aprovado há pouco. --

-----O Conselho da Europa e o próprio programa, sugeriam que os jovens pudessem ter uma interação e debate sobre algumas dessas questões.-----

-----Referiu que já estavam em condições de avançar com o projeto e de apresentar aos outros Municípios ao nível da Europa.-----

-----Disse que tinha sido um trabalho extremamente útil e muito positivo por parte da Unidade técnica de Estudos e Candidaturas, que estava a trabalhar com a AM, bem como por parte da Técnica Anabela Santos, da Divisão de Habitação, Ação Social e Saúde em articulação com o Serviço de Apoio à Assembleia Municipal de Sesimbra.-----

-----Esta era uma expressão do município, apesar de ser um projeto lançado pela Assembleia Municipal, iria ter a marca do Município de Sesimbra, e era esse, em termos globais, que interessava. ---

-----Era fundamental que houvesse um conjunto de parceiros diretos, que seriam as escolas, as autarquias, as juntas de freguesia e também outras instituições que tinham apoiado. Havia também uma participação indireta ligada às questões da promoção, do alojamento, da hotelaria, os agrupamentos

Ata nº 20 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

escolares e todo um conjunto de entidades que tinham vindo a apoiar a AMJ, e portanto, acreditavam que também pudessem vir a fazer parte deste projeto. -----

-----Por fim, disse que tentariam fazer um conjunto de apostas de marketing do projeto, e provavelmente, na próxima semana, fariam chegar o vídeo com a participação de jovens, como convite aos jovens da Europa que participassem no projeto, e provavelmente teriam outras indicações de trabalhos no sentido de esclarecer algumas dúvidas ou até o modo de funcionamento. -----

-----Solicitou o uso da palavra o **Deputado Paulo Caetano** que disse que a sua intervenção seria no sentido de apoiar a iniciativa e congratular que o Município de Sesimbra fosse “cabeça de cartaz” no que dizia respeito à preparação da candidatura. -----

-----Acrescentou que achavam muito positivo este tipo de iniciativas que envolviam outros países europeus, do ponto de vista de integração e de reconhecimento das liberdades, das democracias e das igualdades. Reviam-se nesta iniciativa e apoiavam certamente.-----

-----Contudo, tinham uma dúvida relativamente a uma questão operacional e que era comum neste tipo de candidaturas. Perguntou de que forma é que a equipa estava preparada para um plano “B”, ou seja, se o financiamento não fosse autorizado na sua totalidade, mas apenas uma parte, de que forma é que isso iria comprometer toda a iniciativa e como é que estavam preparados para isso. -----

----- Por fim, disse que mesmo com essa dúvida, a sua intervenção foi no sentido de demonstrar apoio claro e satisfação de ver o Município de Sesimbra a liderar um projeto destes. -----

-----Interveio em seguida o **Deputado João Valente**, que disse que estavam perante um verdadeiro projeto para verdadeiros jovens de idades jovens, porque já haviam sido apresentados documentos que eram para jovens que não tinham idade para ser jovens. -----

-----Havia quem dissesse que os jovens iam até à idade que quisessem, mas neste caso, estariam mesmo perante algo que dizia respeito à intervenção de jovens na consolidação democrática. -----

-----Perguntou, uma vez que o projeto contemplava a realização de jogos populares, se os piões já estavam afiadados. -----

-----Tomou novamente o uso da palavra a **Presidente da AM**, que relativamente à questão colocada pelo Deputado Paulo Caetano, disse que essa era uma das questões que os preocupava, e hoje mesmo o município de Altea, de Espanha, havia colocado uma questão no mesmo sentido, e a resposta era a seguinte: -----

----- Em primeiro lugar, não iriam diminuir as atividades programadas, pois consideravam a realização das mesmas indispensáveis, nomeadamente: -----

Ata nº 20 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

-----A atividade “Eleito Local...por um Dia”, não tinha custos porque se tratava de uma dinâmica local que cada um tinha de fazer; -----

-----A atividade “Deputado Europeu por um dia”, tinha custos porque se previa que, num determinado período, durante cerca de 3 dias, os jovens dos diferentes parceiros se encontrassem com o seu deputado em Bruxelas. Acreditavam, com uma certa convicção do que tinha vindo a ser a prática, que se pudesse reduzir o valor do alojamento que estava previsto em Bruxelas; -----

-----A atividade “Assembleia de Jovens - Fórum Local”, teria custos inerentes a cada um dos municípios, ou seja, Sesimbra faria a sua AMJ que já tinha o custo previsto, mas, cada município teria de o fazer; -- -----

-----Na atividade “Assembleia de Jovens Deputados Europeus”, havia uma contabilidade da deslocação que era substancialmente diferente de um país do centro da Europa, como por exemplo de Bruxelas a Luxemburgo ou até mesmo da Holanda ou Alemanha, do que de Alemanha para Portugal, caso o município de Rokiškis viesse a participar. -----

-----Havia uma lógica de base que sabiam ser uma lógica de nível superior, isto é, havia a contabilidade que estava alta do ponto de vista do que era a realidade em função do município que estava a gerir e a liderar o projeto. -----

-----Era evidente que relativamente ao alojamento para os jovens sabiam que muitos países defendiam o alojamento familiar, e poderia vir a ser uma alternativa reduzindo substancialmente o preço relativamente aos custos de qualquer unidade hoteleira. A não ser que qualquer unidade hoteleira de Sesimbra, e não só, pudessem vir a facilitar, cobrando custos mínimos. -----

-----Existia alguma possibilidade de ir reduzindo os custos sem interferir com as atividades que consideravam fundamentais porque tinham uma lógica de interação entre todas por um período de 2 anos, que também consideravam o tempo fundamental ao projeto. Também entendiam que era possível que os municípios, com mais ou menos pressão do ponto de vista financeiro, pudessem encontrar meios de resolver e dinamizar o seu custo. -----

-----Referiu que tinha estado presente numa reunião com a responsável, a nível nacional, do programa, que havia referenciado positivamente todas as ações do projeto e a particularidade de estarem enquadradas nos objetivos do programa, na sua linguagem, nos seus objetivos e no âmbito da sua realização. -----

-----Naturalmente que haveriam outros municípios a concorrer e não deixariam de lutar para que o Município de Sesimbra tivesse um estatuto diferente e inovador e que fosse de facto aquilo que era a

Ata nº 20 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

prática da AMJ, projetada, neste caso, pela Europa.-----

-----Disse que acreditavam que havia, na adesão dos municípios parceiros, a oportunidade de encontrar modelos de minimização de custos sem perder o objetivo global, que era a realização da ação, e sem perder o objetivo da sua concretização em termos financeiros. -----

-----No que dizia respeito à questão dos jogos tradicionais, disse que consideravam que seria eventualmente aquilo que poderia proporcionar uma relação direta entre as questões de convergência entre pais e filhos, de entidades culturais, da permuta das práticas laborais dos outros parceiros e que, pesasse embora que os peões refletiam movimento, já vinham do Século XVI com muitas pinturas de Pieter Bruegel e de outros artistas ingleses. -----

-----Não havendo mais intervenções a **Presidente da AMS** colocou à votação, sob proposta da Comissão de Líderes dos Grupos Municipais, o 8º ponto da ordem de trabalhos: **“Jovens em Movimento... pela Europ@. O cidadão/A cidadã no século XXI. Que competências? - Memória Descritiva do Projeto”**, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

-----De seguida, a **Presidente da AM** deu continuidade aos trabalhos com 9º ponto da ordem de trabalhos: **“Designação de 1 cidadão eleitor para integrar a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens”**-----

-----Recordou que em novembro de 2017 haviam tido como uma das primeiras deliberações a colocação de alguns representantes que, conforme expresso na lei, eram cidadãos que representavam a AM na comissão alargada. Entre os quais, a Professora Ilda Carvalho, que por questões de saúde não poderia dar continuidade. -----

-----Entretanto, também já haviam deliberado sobre outra pessoa que mais tarde também veio a solicitar a sua dispensa que, por razões de ordem familiar, não seria possível cumprir as suas funções da forma que gostaria.-----

-----Por esses motivos, estavam hoje a apresentar outra pessoa, e como se tratava da eleição de uma cidadã, não poderia revelar o seu nome, mas já tinha tido a oportunidade de a apresentar a todos os Líderes de Bancada. -----

-----De seguida, passaram à votação da nova representante da Assembleia Municipal para a Comissão Alargada da CPCJ. -----

-----Após a votação, A Assembleia Municipal designou, por **escrutínio secreto e por unanimidade**, a cidadã Cesaltina Maria da Cruz Basílio, para integrar a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, em substituição da Cidadã Ida Carvalho, considerando que a cidadã Maria da Luz

Ata nº 20 – Mandato 2017-2021



Assembleia Municipal de Sesimbra

Gonçalves designada pela Assembleia Municipal em 29/03/2019, manifestou indisponibilidade em aceitar as funções. -----

-----A **Presidente da AMS** disse que ficava assim constituída a equipa de 4 cidadãos, nomeadamente, pelos cidadãos Nelson Polvora, Filomena Rodrigues, Vanessa Sousa e, agora, Cesaltina Maria da Cruz Basílio, desejando-lhe os votos de um bom trabalho. -----

-----Não havendo mais nada a tratar, foi encerrado o “Período da Ordem de Trabalhos”, e foi solicitado pelo Deputado Lobo da Silva a dispensa da leitura da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura. -----

-----Seguidamente, a Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão eram uma hora e quinze minutos. -----

-----Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Presidente, pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer.